Relatório de Gestão

2018



www.cm-vnpaiva.pt

Índice

1 - Introdução 5
1.1 – Equilíbrio orçamental 6
1.1.1 – Regra do equilíbrio orçamental 6
1.1.2 – Verificação do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental 7
1.2 – Endividamento municipal 8
1.2.1 – Limite da dívida total 8
1.2.2 – Entidades relevantes para a determinação do limite da dívida total 9
1.2.3 – Apuramento do limite da dívida total 10
1.2.4 – Mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal 11
1.2.5 – Apuramento da dívida total 12
1.2.6 – Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) 13
1.2.7 – Empréstimos de curto prazo 14
2 – Grandes Opções do Plano 15
2.1 – Resumo da Execução Anual das Grandes Opções do Plano (Actividades mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos) 16
2.3 – Funções Sociais 21
2.4 - Atribuição de alvarás de construção e outros no âmbito das obras particulares 31
2.5 - Transferências de Capital e Correntes 32
2.6 - Empreitadas e Fornecimentos 33
2.7 - Evolução das Transferências do Orçamento do Estado para o Município de Vila Nova de Paiva 35
3 – Análise da Situação Financeira 37
3.1 – Análise Gráfica das Receitas Correntes 37
3.2 – Análise Gráfica das Receitas de Capital 41
3.3 - Análise Gráfica das Despesas Correntes: 42
3.4 - Análise Gráfica das Despesas de Capital: 46
4 - Análise da evolução da Despesa de Capital Realizadas v/s Receita Capital Realizadas, em relação ao ano 2017 50
4.1 - Análise da evolução das Despesas Correntes Realizadas e das Receitas Correntes Cobradas, em relação ao ano 2017: 50
4.2 – Análise dos desvios entre as Receitas e as Despesas Previstas e as Realizadas 54
5 – Pessoal 56
6 - Evolução do Investimento Total nos últimos 8 anos 58
6.1 – Endividamento – Outras Dívidas a Terceiros (C/ Operações de Tesouraria) 59
7 – Indicadores de Gestão Orçamental 68
7.1 – Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas 68
7.2 – Estrutura da Receita 72
7.3 - Estrutura da Despesa 75

7.4 - Relação dos Fundos Municipais Correntes com as principais componentes da Despesa Corrente 79
7.5 - Relação das receitas cobradas localmente com as principais componentes da despesa corrente 80
7.6 - Grau de financiamento do investimento 81
7.7 - Grau de cobertura da despesa 83
7.8 - Outros Rácios 83
7.9 – Grau de cobertura do saldo final de gerência e peso do serviço total de dívida 85
8 - Indicadores de Gestão Patrimonial 85
8.1 – Rácios de Liquidez 86
8.2 – Rácios de Alavanca Financeira 87
8.2.1 - Grau de dependência dos empréstimos a curto, médio longo prazos 87
8.3 – Rácios de Solvabilidade e Autonomia 89
8.3.1 - Autonomia Financeira 89
8.4 – Rácios de Cobertura dos Custos Fixos 91
9 - Resultados 92
9.1 - Resultado da Gerência 92
9.2 - Resultado da Gerência - Resumo 93
9.3 - Resumo dos Fluxos de Caixa 94
9.4 - Proposta para a aplicação dos resultados líquidos 95

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018

No cumprimento do disposto na alínea j), do n.º 1, do art.º 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tenho a honra de apresentar à aprovação da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2018, constituídos por:

- Relatório de Gestão
- Demonstração de resultados
- Mapas de execução orçamental
- Anexos às demonstrações financeiras

para que, em conformidade com a alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º do mesmo regime, possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva nos termos da alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º ainda do mesmo regime.

No exercício de 2018 o resultado líquido positivo cifrou-se no valor de € 733.587,49 (setecentos e trinta e três mil, quinhentos e oitenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos), pelo que, nos termos do ponto 2.7.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (doravante POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua redação atual, se propõe que seja levado à conta 59 – Resultados Transitados, sendo constituído o reforço anual da conta 571 – "Reservas legais" no valor de € 36.679,37 (trinta e seis mi, seiscentos e setenta e nove euros e trinta e sete cêntimos), correspondente a 5% do referido resultado líquido do exercício, não havendo necessidade de reforço do património visto o valor contabilístico da conta 5.1 – "Património" ser já superior a vinte por cento do ativo líquido.

Paços do Município e Gabinete da Presidência, aos 10 de abril de 2019

O Presidente da Câmara

(Dr. José Morgado Ribeiro)

APROVAÇÕES	
CÂMARA MUNICIPAL	ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Reunião de 16/04/2019	Sessão de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE PAIVA
PRESENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 29/04/2019
A MESA DA ASSEMBLEIA

RELATÓRIO DE GESTÃO

1 - Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o disposto no art.º 76.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (retificada pela Declaração de Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro), e alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, e no n.º 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), elaboraram-se os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2018, e a seguir apresentados.

O Relatório de Gestão contempla os aspetos estabelecidos no ponto 13 das Considerações Técnicas do POCAL, nomeadamente a situação económica e financeira do Município relativa ao exercício.

Pretende-se que este Relatório constitua um complemento da informação disponibilizada nos documentos contabilísticos, por vezes demasiado sintética, de forma a dar à linguagem hermética dos números a roupagem necessária à sua plena compreensão.

Com este documento pretende-se ainda deixar o testemunho de um vasto conjunto de informação capaz de habilitar todos os autarcas do concelho, funcionários e demais colaboradores a interiorizarem a complexa realidade da atividade desenvolvida pelo Município no exercício.

De referir que o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (doravante SNC-AP), publicado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.^{os} 85/2016, de 21 de dezembro, e 33/2018, de 15 de maio, revoga o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprova o POCAL, como exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

O SNC-AP é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão, e é aplicável a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local, e integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, nos Anexos I, II e III ao Decreto-Lei n.º 192/2015.

Foram entretanto publicadas as Portarias n.^{os} 189/2016, de 14 de julho, que aprova as Notas de Enquadramento do Plano de Contas Multidimensional, e 218/2016, de 9 de agosto, que aprova o Regime Simplificado do SNC – AP, aplicável às entidades que, integrando o SNC-AP, cumpram os requisitos para serem consideradas pequenas entidades ou microentidades.

O referido Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, que introduziu a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, passou a dispor que as entidades a quem se aplica o SNC-AP deveriam, durante o ano de 2017, assegurar as condições e tomar as decisões necessárias por forma a transitar para o SNC-AP a partir de 1 de janeiro de 2018.

Contudo por circular emitida pelo Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, de 28 de dezembro de 2017, a data de implementação do SNC-AP, para as entidades do subsetor da administração local, foi prorrogada para 1 de janeiro de 2019, pelo que em relação ao exercício de 2018 a prestação de contas das entidades do subsetor da administração local, onde se incluem as autarquias locais, é efetuada em POCAL, tendo sido repristinados para o ano de 2018, pelo n.º 6 do art.º 103.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018 aprovada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, o n.º 1 do ponto 2.3, na parte referente à elaboração das Grandes Opções do Plano, e os n.^{os} 3 a 6 do ponto 2.3 e o ponto 8.3.2 do POCAL, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 14 de setembro, revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

De referir que, por força do art.º 98.º da Lei do Orçamento do Estado para 2019, aprovada pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, em 2019, as entidades integradas no subsetor da administração local continuam a aplicar o referencial contabilístico de 2018. A partir de 1 de janeiro de 2019, com vista a garantir a plena transição para o SNC-AP, as entidades referidas asseguram as diligências necessárias com vista à adoção do SNC -AP, sem prejuízo de a respetiva prestação de contas relativa a 2019 obedecer às normas de contabilidade pública previstas no POCAL.

1.1 – Equilíbrio orçamental

1.1.1 – Regra do equilíbrio orçamental

O n.º 2 do art.º 40.º do RFALEI estabelece como regra do equilíbrio orçamental que a receita corrente bruta cobrada deve cobrir, pelo menos, a despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, o que é o mesmo que dizer que num dado exercício se considera haver equilíbrio orçamental quando o **saldo corrente** (diferença entre a receita corrente bruta cobrada e a despesa corrente) cobrir, pelo menos, o valor das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos.

Estipula o n.º 3 do art.º 40.º do RFALEI, que o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações médias pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

1.1.2 – Verificação do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental

Todos os empréstimos de médio e longo prazos existentes em 1 de janeiro de 2014, data de entrada em vigor do RFALEI, eram empréstimos cujo capital tinha sido integralmente utilizado ou parcialmente utilizado, neste caso com o respetivo prazo de utilização/período de carência já esgotado, pelo que, nestas condições, de acordo com o n.º 4 do art.º 40.º e art.º 83.º do RFALEI, para efeitos da determinação do saldo corrente consideram-se amortizações médias o montante correspondente à divisão do capital em dívida em 1 de janeiro de 2014 pelo número de anos de vida útil remanescente dos contratos.

O valor assim apurado será utilizado em todos os anos de vida útil remanescente dos contratos para apurar o montante total da amortização média dos empréstimos a considerar para efeitos da regra de equilíbrio orçamental. As amortizações médias apuradas dos empréstimos de médio e longo prazos, inicialmente no valor de € 589.517,20 em 1 de janeiro de 2014 (cf. Relatório de Gestão de 2014), ascendem no exercício de 2018 a **€ 576.149,70,** conforme Quadro I abaixo.

Nos exercícios de 2014 a 2018 não foram contraídos quaisquer empréstimos de médio e longo prazos.

Quadro I

Operação		Capital Utilizado	Data início	Data fim	Capital em dívida em 31.12.2018	Vida útil remanescente (em anos) Em 31.12 2018	Amortizações médias consideradas em 01.01.2018	OBS. (a)
CGD – PT 0035089400004045091		€ 788.100,68	27.01.2000	27.01.2020	€ 92.194,33	2	€ 65.750,70	
CGD – PT 0035901500021851091		€ 538.701,73	31.07.2001	30.08.2021	€ 107.753,26	3	€ 37.746,43	
CGD – PT 0035901500031318091		€ 625.309,00	13.08.2002	13.08.2022	€ 190.273,09	4	€ 48.255,36	X
CGD – PT 0035901500032739091		€ 394.625,62	20.11.2002	20.11.2022	€ 90.596,04	4	€ 22.649,01	X
CGD – PT 0035901500032500091		€ 345.225,67	29.11.2002	28.11.2022	€ 93 .083,94	4	€ 22.764,21	X
CGD – PT 0035901500032519091		€ 219.290,66	29.11.2002	28.11.2022	€ 58.690,93	4	€ 14.397,17	X
CGD – PT 0035901500034317091		€ 557.820,23	12.12.2002	12.12.2022	€ 161.457,08	4	€ 39.735,21	X
CGD – PT 0035901500032497091		€ 535.600,00	30.12.2002	30.12.2022	€ 134.736,14	4	€ 33.357,41	X
CGD – PT 0035901500033329091		€ 82.258,33	20.01.2003	20.01.2023	€ 20.962,58	5	€ 4.425,43	X
CGD – PT 0035901500034529091		€ 161.464,65	20.02.2003	20.02.2023	€ 39.951,95	5	€ 8.434,30	X
CGD – PT 0035901500037269091		€ 364.024,00	16.07.2003	16.07.2018	€ 0,00	0	€ 59.191,49	
CGD – PT 0035901500051369091		€ 762.322,00	29.11.2006	28.11.2026	€ 367.979,36	8	€ 45.883,10	
CGD – PT 0035901500058151091		€ 439.460,00	17.12.2007	17.12.2019	€ 39.223,80	1	€ 38.875,48	
CGD – PT 0035901500075447091		€ 289.323,75	20.03.2012	20.12.2020	€ 66.131,16	2	€ 33.065,57	X
CGD – PT 0035901500075455091		€ 394.637,25	20.03.2012	20.12.2020	€ 90.202,80	2	€ 45.101,40	
CCAM de Vale do Dão e Alto Vouga – Emp. N.º 56049915738		€ 761.133,82	15.11.2010	15.11.2030	€ 354.606,49	12	€ 33.007,87	
					€ 200.000,00	12	€ 11.764,71	X
PAEL Prog. II	Emp.0289E118132012.01	€ 410.291,32	15.11.2013	15.05.2027	€ 249.105,17	9	€ 28.259,86	
	Emp.0289E118132012.02	€ 158.598,90	15.11.2013	15.05.2027	€ 96.292,27	9	€ 10.923,90	
	TOTAL	€ 7.828.187,61			€ 2.453.240,39		€ 576.149,70	

(a) Os empréstimos assinalados com "X" são empréstimos excecionados dos limites de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2018 o capital em dívida à Caixa Geral de Depósitos ascendia a € 1.553.236,46, que corresponde a cerca de 63,31% do capital em dívida por empréstimos de médio e longo prazos, enquanto à CCAM de Vale do Dão e Alto Vouga totalizava € 554.606,49 (22,61% do capital em dívida) e à DGTT – Direção-Geral do Tesouro e Finanças, referente ao Programa II do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, o total de € 345.397,44 (14,08% do capital em dívida).

O limite da despesa corrente do Município de Vila Nova de Paiva no exercício de 2018, face aos elementos contabilísticos constantes do Mapa de Fluxos de Caixa e o total das amortizações médias indicado no Quadro I que antecede, é o constante no Quadro II seguinte:

Quadro II

• (1) Receita Corrente Bruta Cobrada em 2018	€ 5.610.046,69
• (2) Despesa corrente em 2018	€ 4.583.222,79
• (3) **Saldo corrente** [= (1) – (2)]	+ € 1.026.823,90
• (4) Amortizações médias atualizadas a 31.12.2018 dos empréstimos de médio e longo prazos existentes em 01.01. 2014 (art.º 83.º do RFALEI)	€ 576.149,70
• (5) Amortizações médias de empréstimos de médio longo prazos contratados a partir de 01.01.2014 até 31.12.2018 (*não houve*)	€ 0,00
• (6) Total das **amortizações médias** [= (4) + (5)]	€ 576.149,70
➔ (7) Saldo corrente – Amortizações médias [= (3) – (6)]	+ € 450.674,20

Constata-se que no exercício de 2018 o Município cumpriu com a regra do equilíbrio orçamental definida no n.º 2 do art.º 40.º do RFALEI, visto o saldo corrente cobrir, pelo menos, as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos.

1.2 – Endividamento municipal

1.2.1 – Limite da dívida total

De recordar que com a entrada em vigor do RFALEI e revogação da anterior Lei das Finanças Locais, os limites impostos ao endividamento de médio e longo prazo e ao endividamento líquido, foram substituídos por um novo limite ao endividamento municipal: o limite da dívida total.

O limite da dívida total é definido no n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI: "*a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*"

A dívida total de operações orçamentais dos municípios, incluindo a das entidades relevantes para efeitos do limite da dívida total previstas no art.º 54.º do RFALEI, engloba assim (art.º 52.º, n.º 2):

i) Os empréstimos (como tal definidos no n.º 1 do art.º 49.º);

ii) Os contratos de locação financeira;

iii) Quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras;

iv) Todos os débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Estabelece o n.º 3 do art.º 52.º, sempre que um município:

a) Não cumpra o limite da dívida total, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto nos artigos 56.º e seguintes, acerca dos mecanismos de alerta precoce e dos mecanismos de recuperação financeira municipal;

b) Cumpra o limite da dívida total, **só pode aumentar**, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

De referir, de acordo com o n.º 4 do art.º 52.º do RFALEI, que o incumprimento destas obrigações é equiparado, para efeitos de responsabilidade financeira, à ultrapassagem do limite da dívida total nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, nomeadamente do seu artigo 65.º (responsabilidades financeiras sancionatórias).

1.2.2 – Entidades relevantes para a determinação do limite da dívida total

São entidades relevantes para efeitos do apuramento do montante da dívida total de cada município, as seguintes (art.º 54.º, n.º 1, do RFALEI):

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso de acordo com o critério previsto no n.º 4 do art.º 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual;
- As entidades intermunicipais (comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas) e as entidades associativas municipais, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento, na ausência de critério estabelecido pelos seus órgãos deliberativos;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e nas demais situações previstas na alínea c) do n.º 1 do art.º 54.º do RFALEI;
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta e indireta, do município;

- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do art.º 75.º do RFALEI, o controlo ou presunção do controlo por parte do município, pelo montante total.

Como o Município de Vila Nova de Paiva não dispõe de serviços municipalizados ou intermunicipalizados, não detém ou participa em empresas locais, por inexistentes, nem participa em quaisquer outras sociedades, nem em cooperativas ou fundações, nem controla quaisquer outras entidades, as entidades relevantes para o apuramento da dívida total são as seguintes:

Entidades Intermunicipais

- CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, de Tondela.

Entidades associativas municipais

- AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, de Tondela.
- ADDLAP – Associação de Desenvolvimento do Dão Lafões e Alto Paiva, de Viseu;
- AIRC – Associação de Informática da Região Centro, de Coimbra;
- ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, de Coimbra;
- Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, de Belmonte.

1.2.3 – Apuramento do limite da dívida total

Com base nos elementos contabilísticos extraídos dos Mapas do Controlo Orçamental da Receita das Prestações de Contas dos Exercícios de 2015, 2016 e 2017, o limite da dívida total do Município de Vila Nova de Paiva, no exercício de 2018, é de **€ 8.264.737,29**, valor apurado nos termos definidos na parte final do n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI e que a seguir se apresenta:

Quadro III

Receita Corrente Líquida Cobrada (RCLC) nos anos de 2015, 2016 e 2017 (n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI)	Valor
• (1) RCLC no Exercício de 2015	€ 5.469.221,60
• (2) RCLC no Exercício de 2016	€ 5.503.363,20
• (3) RCLC no Exercício de 2017	€ 5.556.889,77
• (4) Total [= (1) + (2) + (3)]	€ 16.529.474,57
➔ (5) Média da RCLC cobrada nos três exercícios [= (4) : 3]	€ 5.509.824,86
➔ (6) 75% X Média da RCLC [= 0,75 X (5)]	€ 4.132.368,64
❖ (7) **Limite da Dívida Total em 2018** [= 1,50 X (5)]	**€ 8.264.737,29**

1.2.4 – Mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal

O RFALEI estabelece mecanismos de alerta precoce de desvios ao montante da dívida total relevante para o limite de cada município, bem como os mecanismos de recuperação financeira municipal (saneamento financeiro e recuperação financeira), face aos limites calculados no Quadro III que antecede.

Assim:

E/D	Dívida Total (DT) face à Média da RCLC	Situação financeira	Mecanismo de recuperação financeira	Norma do RFALEI	Obs.
EQUILÍBRIO	DT > 75% x Média	Equilíbrio financeiro relativo	Saneamento financeiro Pode recorrer a financiamento para reprogramação de dívida e consolidação de passivos financeiros	Art.º 58.º, n.º 1, alínea b)	1)
	DT ≥ Média	Equilíbrio financeiro relativo	Saneamento financeiro Pode recorrer a financiamento para reprogramação de dívida e consolidação de passivos financeiros	Art.º 58.º, n.º 2	2)
	DT < Média	Equilíbrio financeiro absoluto	Não necessita de recorrer a mecanismos de recuperação financeira	*A contrario* do art.º 58.º, n.º 2	
DESEQUILÍBRIO	DT ≥ 1,5 x Média	Desequilíbrio financeiro (conjuntural)	Saneamento financeiro Deve recorrer a financiamento	Art.º 58.º, n.º 1, alínea a)	3)
	DT ≥ 2,25 x Média	Desequilíbrio financeiro (estrutural)	Saneamento financeiro Obrigatório recorrer a financiamento ou aderir ao procedimento de recuperação financeira do art.º 61.º	Art.º 58.º, n.º 3	4)
	DT > 3 x Média	Rutura financeira	Recuperação financeira Recurso obrigatório ao procedimento de recuperação financeira do art.º 61.º	Art.º 61.º	5)

Observações:

1) Se a Dívida Total, nesta situação considerada com exclusão do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos, for superior a 75% da média da receita corrente líquida dos últimos três exercícios (calculada em (6) no Quadro III que antecede), o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros;

2) A Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) informa também do facto, nomeadamente, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais (art.º 56.º, n.º 1, do RFALEI);

3) A Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), para além das entidades referidas na observação 2., informa também da ocorrência o Banco de Portugal (art.º 56.º, n.º 2, do RFALEI). Sem prejuízo de dever contrair empréstimos para saneamento financeiro, deve o município reduzir, no exercício seguinte, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido (art.º 52.º, n.º 3, alínea a), do RFALEI);

4) Se a dívida total se situar entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o município é obrigado a contrair empréstimos para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no art.º 61.º do FLALEI, nos termos a definir por diploma próprio, ainda não publicado (de notar que a partir de 1 de janeiro de 2019 deixou de vigorar para o efeito o Fundo de Apoio Municipal (FAM) instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, ao ser introduzida uma nova redação ao art.º 61.º e revogados os artigos 62.º a 64.º, todos do RFLAEI, com a nova versão deste regime financeiro aprovada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

5) Se a dívida total ultrapassar 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o município entra em rutura financeira, e é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no art.º 61.º.

1.2.5 – Apuramento da dívida total

Conforme Quadro I do n.º 1.1.2., o capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos ascende a € 2.453.240,39 em 31 de dezembro de 2018.

Calcula-se nos Quadro IV e V seguintes a dívida total do Município nos termos do n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI por reporte a 31 de dezembro de 2018, mediante o apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município, com os contributos comunicados pelas entidades relevantes para a referida dívida total.

➢ **Do Município:**

Quadro IV

Apuramento da dívida total de operações orçamentais em 31.12.2018 (n.º 2 do art.º 52.º do RFALEI)		Valor
• (1) Capital em dívida de médio e longo prazos		€ 2.453.240,39
• (2) Contratos de locação financeira		€ 0,00
• (3) Outras formas de endividamento junto de instituições financeiras		€ 0,00
• (4) Débitos a terceiros de curto prazo decorrentes de operações orçamentais:		
✓ **Fornecedores c/c**	€ 161.271,04	
✓ Fornecedores – Faturas em receção e conferência	€ 118.509,24	
✓ **Fornecedores de imobilizado c/c**	€ 70.273,70	
✓ **Estado e outros entes públicos**	€ 25.177,16	
✓ Outros credores	€ 89.968,36	€ 465.199,50
• **(5) Dívida total de operações orçamentais** [= (1) + (2) + (3) +(4)]		**€ 2.918.439,89**

➢ **Das entidades intermunicipais e entidades associativas municipais:**

Quadro V

Entidade	Percentagem de imputação	Dívida relevante
(1) CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	3,57%	€ 17.983,15
(2) ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses	0,282% da quota anual	€ 1.355,44
(3) ADDLAP – Associação de Desenvolvimento do Dão Lafões e Alto Paiva	(Quota anual)	€ 5.933,76
(4) AIRC – Associação de Informática da Região Centro	1,403%	€ 9.309,52
(5) AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	2,42%	€ 195.953,09
(6) Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad	(Quota anual)	€ 1.500,00
• **(7) Total da dívida relevante** [= (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6)]		**€ 232.034,96**

Assim, a dívida total do Município em 31 de dezembro de 2018 era a seguinte, como resulta do somatório dos totais dos Quadros IV e V:

Dívida Total = € 2.918.439,89 + € 232.034,96 = € 3.150.474,85

Assim, de acordo com as disposições do RFALEI, verifica-se no exercício de 2018 que:

a) A dívida total, com exclusão dos empréstimos, ascende a € 697.234,46 (= € 3.150.474,85 – € 2.453.240,39), que é muito inferior a 75% da média da receita corrente líquida dos últimos três exercícios (€ 4.132.368,64 conforme Quadro III), sendo assim respeitada a condicionante prevista no art.º 58.º, n.º 1, alínea b) do RFALEI;

b) A dívida total não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (que é de € 5.509.824,86 conforme Quadro III), pelo que é respeitada a condicionante do art.º 58.º, n.º 2, do RFALEI;

c) A dívida total é inferior ao limite da dívida definido no n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI e calculado no Quadro III (€ 8.264.737,29), pelo que, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo 52.º, o Município só pode aumentar aquele limite em 2019 no valor correspondente a 20 % da margem bruta disponível no início do exercício, ou seja:

- Margem bruta = Limite da Dívida total – Dívida total (em 31.12.2018) =
  = € 8.264.737,29 – € 3.150.474,85 = € 5.114.262,44;
- Margem utilizável em 2019 = 20% x € 5.119.422,73 = € 1.022.852,49

1.2.6 – Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal (FAM)

O Fundo de Apoio Municipal (doravante FAM) instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios tendo em vista a sua recuperação financeira e prevenção de situações de rutura financeira, tendo o valor da contribuição do Município de Vila Nova de Paiva para o capital social do FAM sido fixado em € 329.934,65 (trezentos e vinte e nove mil, novecentos e trinta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos), calculado de acordo com a fórmula prevista no n.º 3 do art.º 17.º da Lei n.º 53/2014 e a realizar em sete anos em duas prestações anuais nos meses de junho e dezembro, no valor anual de € 47.134,00 nos anos de 2015 a 2020 e de € 47.130,65 no ano de 2021.

Até 31 de dezembro de 2017 foi realizado capital no montante de € 141.402,00.

Entretanto pelo art.º 303.º da Lei do Orçamento de Estado para 2018 aprovada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, foi alterado o art.º 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, passando a dispor que para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo

Estado e pelos municípios será reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social os previstos nos n.os 1 e 2 do artigo 17.º, ajustados em conformidade, ou seja, em 2018, € 35.350,50, em 2019, € 23.567,00, e em 2020, € 11.783,50. Assim, por força desta redução, o capital subscrito pelo Município foi reduzido de € 329.934,65 para € 212.103,00,

Até 31 de dezembro de 2018 foi realizado o capital total de € 176.752,50, faltando assim realizar € 35.350,50.

1.2.7 – Empréstimos de curto prazo

No ano de 2018 não foram contratados quaisquer empréstimos bancários de curto prazo.

2 – Grandes Opções do Plano

2.1 – Resumo da Execução Anual das Grandes Opções do Plano (Actividades mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos)

Rubricas	2014	% do Nível Execução Anual	2015	% do Nível Execução Anual	2016	% do Nível Execução Anual	2017	% do Nível Execução Anual	2018	% do Nível Execução Anual
FUNÇÕES GERAIS										
Administração Geral	24 516,25 €	22,32%	61 330,57 €	45,34%	94 804,62 €	70,02%	246 253,88 €	86,64%	833 606,13 €	84,68%
Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	89 590,85 €	31,51%	16 561,95 €	74,32%	134 667,36 €	98,27%	- €	0,00%	- €	0,00%
FUNÇÕES SOCIAIS										
Ensino Não Superior	15 911,17 €	3,31%	11 143,92 €	85,39%	36 917,07 €	90%	49 181,00 €	87,60%	182 473,64 €	39,05%
Serviços Auxiliares de Ensino	224 860,33 €	44,61%	324 859,47 €	79,43%	91 335,35 €	70%	92 954,95 €	43,80%	288 198,50 €	69,89%
Saúde	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	- €	0%	- €	0,00%	- €	0,00%
Segurança	360 373,02 €	96,38%	356 074,96 €	100%	357 720,39 €	100%	358 936,44 €	100,00%	378 647,93 €	96,28%
Ação Social	3,00 €	0,01%	10,15 €	2,03%	5 213,00 €	100%	- €	0,00%	- €	0,00%
Habitação	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0%	- €	0,00%	- €	0,00%
Ordenamento do Território	26 314,82 €	12,34%	252 919,74 €	95,33%	104 124,86 €	98%	45 768,30 €	94,81%	2 503,06 €	98,16%
Saneamento	11 083,44 €	47,56%	36 777,00 €	96,65%	49 841,57 €	47%	236 529,74 €	72,06%	557 035,38 €	97,81%
Abastecimento de Água	5 098,92 €	13,12%	50 556,32 €	95,99%	4 503,22 €	95%	1 252,55 €	10,45%	10 490,91 €	92,95%
Resíduos Sólidos	150 065,81 €	49,05%	122 984,57 €	77,60%	162 226,27 €	83%	142 929,80 €	86,04%	162 101,71 €	77,83%
Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza	150 300,04 €	79,22%	54 686,39 €	77,98%	39 441,80 €	100%	31 250,00 €	100,00%	94 888,35 €	76,41%
Cultura	148 081,04 €	20,26%	224 019,87 €	98,76%	24 378,68 €	94%	28 762,85 €	71,44%	33 340,35 €	95,69%

Desporto, Recreio e Lazer	55 766,57 €	68,18%	69 600,00 €	84,02%	64 750,00 €	99%	101 682,17 €	100,00%	87 849,68 €	100,00%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00 €	0,00%	40 500,00 €	100%	9 350,00 €	100%	7 500,00 €	100,00%	37 000,00 €	100,00%
FUNÇÕES ECONÓMICAS										
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Caça	162 222,46 €	57,62%	24 111,21 €	96,44%	25 908,17 €	98%	50 652,72 €	73,43	34 296,67 €	87,02
Indústria e Energia	10 234,25 €	12,32%	15000,00%	89,88%	- €	0%	20 432,71 €	94,06%	35 090,64 €	96,46%
Transportes Rodoviários	411 301,00 €	32,26%	1 305 467,63 €	91,77%	348 304,66 €	73%	553 591,25 €	74,01%	140 394,08 €	56,63%
Mercados e Feiras	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	- €	0%	- €	0,00%	- €	0,00%
Turismo	231 024,66 €	54,20%	43 349,06 €	75,20%	- €	0%	10 719,67 €	100,00%	- €	0,00%
OUTRAS FUNÇÕES										
Operações da Dívida Autárquica	679 398,06 €	88,58%	713 828,09 €	93,97%	676 082,14 €	88,52%	642 501,68 €	93,10%	703 348,75 €	90,91%
Transferências entre Administrações	25 866,96 €	45,82%	12 552,04 €	76,11%	73 779,32 €	93,89%	98 803,06 €	84,36%	103 946,96 €	69,21%
Diversas não Especificadas	4 400,00 €	26,74%	3 850,00 €	27,80%	761 526,54 €	87,38%	22 528,28 €	62,97%	825 644,61 €	87,44%
Total	**2 783 412,69 €**	**43,97%**	**3 740 182,94 €**	**89,19%**	**2 315 013,56 €**	**84,76%**	**2 836 971,81 €**	**80,15%**	**2 861 583,01 €**	**84,49%**

A execução das Grandes Opções do Plano, é composta por quatro grandes rúbricas: Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções.

Em 2018 o grupo das Funções Gerais que compreende as actividades de âmbito geral da administração da autarquia, designadamente os da área administrativa, financeira e património, teve um peso de 5,27 % da Despesa Total.

O grupo das Funções Sociais é o que representa o maior peso na despesa total com mais de 58,54 % do investimento total realizado, a que correspondeu o montante no valor de 1.675.21,87 € respectivamente. Em relação ao ano 2017, este grupo aumentou em 10% o valor do investimento. Das quais se destacam, as despesas em "Ensino Não Superior", "Serviços Auxiliares de Ensino" e "Saneamento", foram as que mais contribuíram para a despesa deste grupo.

Relativamente ao grupo das Funções Económicas, teve um peso de 7,33 %, uma diminuição em 15 p.p. na totalidade da despesa em relação ao ano 2017. As rubricas que mais contribuíram para esta despesa, foram os "Transportes Rodoviários", e "Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Caça" e " Industria e Energia".

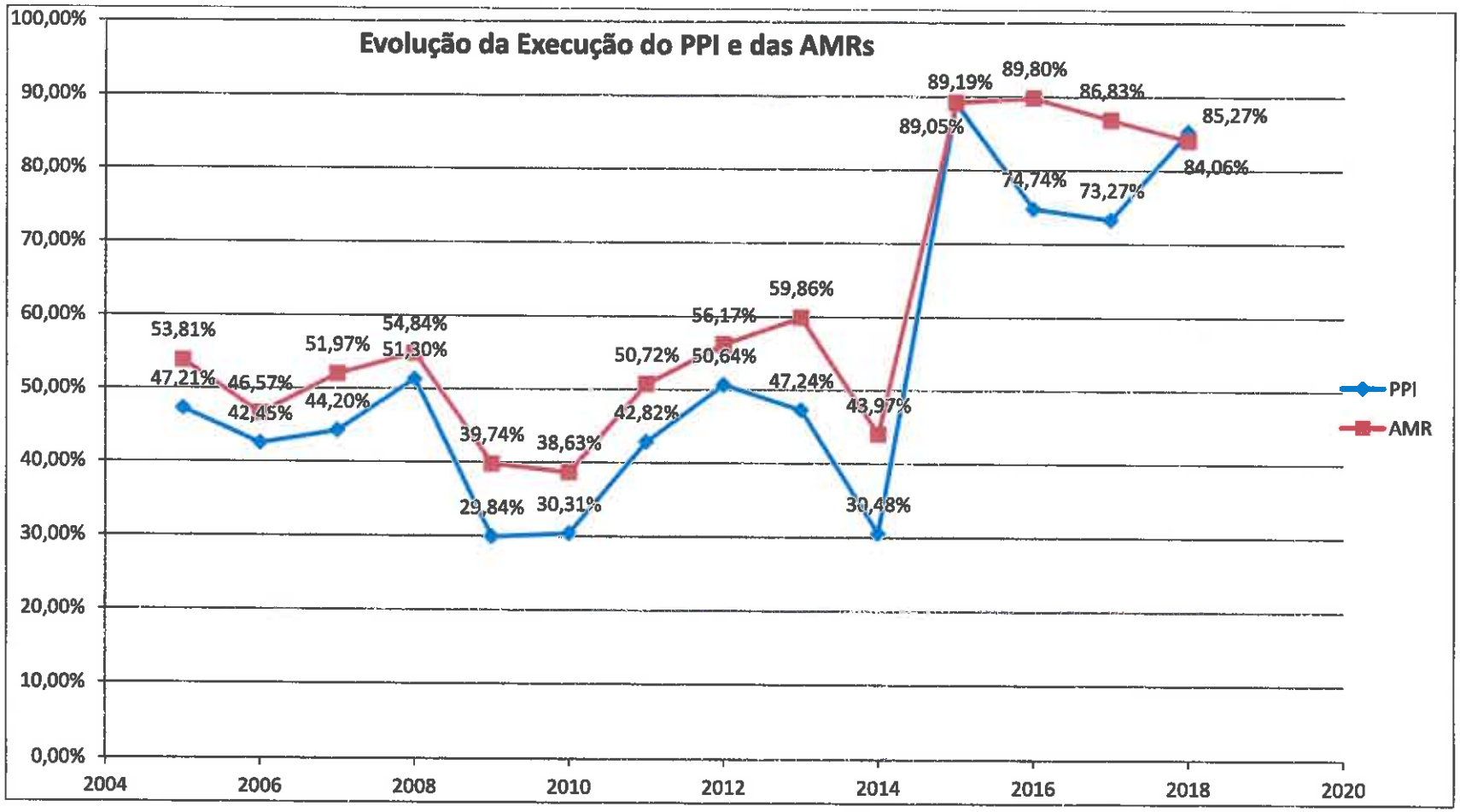
Quanto ao grupo de Outras Funções, tem um peso de 28,85 % no investimento total, um montante de valores semelhantes ao ano anterior. Este grupo, respeita às relações da autarquia com outras entidades da administração, regional e autárquica, cujo montante global ascendeu a 825.644,61 € e diz respeito, a operações de dívida autárquica, às transferências correntes e de capital efectuadas para as Juntas de Freguesia, no âmbito da execução dos protocolos de delegação de competências e de outros investimentos realizados pelas mesmas, bem como para as Associações de Municípios e outras entidades de que o Município de Vila Nova de Paiva faz parte.

2.2 – Evolução da Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PPI	29,84%	30,31%	42,82 %	50,64 %	47,24%	30,48 %	89,05 %	74,74 %	73,27 %	85,27 %
AMR*	39,74%	38,63%	50,72 %	56,17 %	59,86%	43,97 %	89,19 %	84,76 %	86,83 %	84,06 %

(*) Engloba as Atividades Mais Relevantes, ou seja, tudo o que não é considerado investimento.

Evolução da Execução do PPI e das AMRs



Em termos Globais e conforme consta no Mapa da Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos a execução do PPI foi de 85,27 %. Tendo-se verificado uma subida de 12 p.p. em relação à execução do ano anterior.

Convém referir, que a média da execução do Plano Plurianual de Investimentos dos últimos 14 anos, foi de 52,77 % e a média da execução das Atividades Mais Relevantes em igual período, foi de 60,44 %.

2.2.1 - Mapas Resumo da Execução das Grandes Opções do Plano por Classificação Funcional

2.2.1.1 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Gastos em Administração Geral em 2017 (em Valores):

Descrição	Ano 2018
Aquisição de Material e Equipamento Informático para os Serviços Municipais	1.720,71 €
Aquisição de Software para os Serviços Municipais	6.122,94 €
Aquisição de Equipamento Administrativo para os Serviços Municipais	1.249,99 €
Aquisição de Equipamento Básico	41.801,50 €
Aquisição de Imóveis de Interesse Municipal	100.000,00 €

2.2.1.2 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Segurança e Ordem Pública em 2018 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.2.1.3 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Proteção Civil e Luta Contra Incêndios em 2018 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3 – Funções Sociais

2.3.1 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Ensino Não Superior em 2018 (em Valores):

Descrição	Ano 2018
Concessão de apoio ao Agrupamento de Escolas de V.N. Paiva – Apoio para expediente, limpeza e material didáctico e outras	16.770,68 €
Concessão de apoio ao Agrupamento de Escolas de V.N. Paiva – Aaquisição e distribuição de livros escolares a alunos do 1º CEB	4.192,82 €
Requalificação da Escola EB1 e da Educação Pré-Escolar de VN Paiva – Elaboração do Projecto	1.845,00 €
Conceção e elaboração de conteúdos do Centro de Memória das Migrações	397,50 €

2.3.2 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito dos Serviços Auxiliares de Ensino em 2018 (em Valores):

Descrição	Ano 2018
Refeições Escolares	65.637,68 €
Transportes Escolares em Carreiras Públicas	163.969,66 €
Compensação Financeira do Transporte em Períodos Não Lectivos	58.542,60 €
Transportes Escolares em Transportes Especiais	464.94 €

2.3.3 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Saúde em 2018 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3.4 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Segurança e Acção Social em 2018 (em Valores):

Descrição	Ano 2018
Transferências da CM para Regimes de Segurança Social - Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	221.183,35 €
Transferências da CM para Regimes de Segurança Social – Contribuições para a Segurança Social	157.464,58 €

2.3.5 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Habitação em 2018 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3.6 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Ordenamento do Território em 2018 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
VCC	Centro Interpretativo Judaico	Requalificação do Largo do Mosteirinho	2.503,06 €	83.510,53 €

2.3.7 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Saneamento em 2018 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
VN Paiva	Remodelação da ETAR de VNP	Elaboração do Projeto	---	38.745,00 €
		Execução da Obra	544.884,73 €	140.485.09 €
Touro	Construção da ETAR da Cerdeira-Touro	Elaboração do Projeto	---	35.903,13 €
		Aquisição de Terrenos	700,00 €	---
		Execução de Trabalhos de Reconhecimento Geológico	4.035,95 €	---
VC Coelheira	Construção da ETAR de Vila Cova Coelheira	Elaboração do Projeto	---	37.784,28 €
Pendilhe	Construção da ETAR da Cerde	Elaboração do Projeto	---	42.898,24 €
		Aquisição de Terrenos	---	---
		Execução de Trabalhos de Reconhecimento Geológico	3.707,36 €	---

2.3.8 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Abastecimento de Água em 2018 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
Município	Aquisição de Contadores	Aquisição de Contadores	---	18.073,61 €
	Aquisição e Grandes Reparações em Electrobombas	Aquisição e Grandes Reparações em Electrobombas	10.490,91 € €	70.432,62 €

2.3.9 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito dos Resíduos Sólidos em 2018 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
Município	Transferências para a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	Transferências pela Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	7.619,98 €	956.130,63 €
		Transferências pelo Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Exploração do Sistema	85.481,73 €	852.580,12 €

2.3.10 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Protecção e Conservação do Meio Ambiente em 2018 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
Município	Aquisição de uma máquina industrial automotriz 100% eléctrica.	Aquisição de uma máquina industrial automotriz 100% eléctrica.	70.325,25 €	70.325,25 €
VN Paiva	Regeneração Urbana da Envolvente ao Largo do Ramalhal	Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução da Ação VNP.01.A da ARU do Centro de Vila Nova de Paiva – 1.ª Fase A – Rua Padre José Sá Marques / Avenida Aquilino Ribeiro	12.269,25 €	---
		Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução da Ação VNP.01.B da ARU do Centro de Vila Nova de Paiva – 2.ª Fase B – Campo da Restauração e areas adjacentes.	12.293,85 €	---

2.3.11 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Cultura em 2018 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
Município	Apoio a Associações Desportivas, Culturais e Recreativas	Apoio a Associações Desportivas, Culturais e Recreativas	18.245,96 €	168.758,25 €
	Costrução da Biblioteca Municipal	Aquisição de Fundos Documentais	994,39 €	5.258,20 €
	Apoio à Escola de Musica de V.C. Coelheira	Apoio à Escola de Musica de V.C. Coelheira	6.000,00 €	---
V.C. Coelheira	Apoio à construção do Centro Cultural de VCC	Apoio à construção do Centro Cultural de VCC	6.600,00 €	---
	Pagamento de Quota na Associação Rede de Judiarias de Portugal	Pagamento de Quota na Associação Rede de Judiarias de Portugal	1.500,00 €	

2.3.12 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Desporto, Recreio e Lazer em 2018 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
Pendilhe	Construção do Polidesportivo de Pendilhe	Execução da Obra	2.838,18 €	44.514,67 €

Município	Apoio ao Sport Club Paivense	Apoio ao Sport Club Paivense	40.187,50 €	428.087,50 €
	Apoio a Associações Culturais, Desportivas e Recreativas	Apoio a Associações Culturais, Desportivas e Recreativas	34.000,00 €	238.754,52 €
V.N. Paiva	Requalificação Energética das Piscinas Municipais de V. N. Paiva	Requalificação Energética das Piscinas Municipais de V. N. Paiva	10.824,00 €	---

2.3.13 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito de Outras Actividades Cívicas e Religiosas em 2018 (em Valores):

Freguesias	Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
Município	Apoio às Comissões Fabriqueiras das Paróquias e outras organizações s/ fins lucrativas e IPSS para despesas de financiamento de obras e equipamentos, a atribuir por deliberação camarária.	37.000,00 €	61.350,00 €

2.3.14 - Mapa Resumo e trabalhos realizados no âmbito da Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Caça em 2018 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
Município	Grupo de Intervenção Permanente (GIP) da Associação Humanitária de VNP	Grupo de Intervenção Permanente (GIP) da Associação Humanitária de VNP	29.29,67 €	253.761,76 €
	Apoio AHBV de V.N. Paiva para despesas de funcionamento no âmbito da prevenção e das comunicações	Apoio AHBV de V.N. Paiva para despesas de funcionamento no âmbito da prevenção e das comunicações	5.000,00 €	---

2.3.15 - Mapa Resumo e trabalhos realizados no âmbito da Indústria e Energia em 2018 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
Município	Fundo de Eficiência Energética	Fundo de Eficiência Energética	12.695,64 €	20.395,00 €
V.N. Paiva	Construção de Infraestruturas na Zona Industrial de VN Paiva	Aquisição de Terrenos	22.395,00 €	15.000,00 €

2.3.16 - Mapa Resumo e trabalhos realizados em Transportes Rodoviários em 2018 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
V. N. Paiva	Construção da Circular Urbana Nascente em VN Paiva – 1ª Fase	Aquisição de Terrenos	6.000,00 €	43.34,71 €
	Terraplanagens dos novos Arruamentos O, P, P1, X, Y, Z e W em Vila Nova de Paiva	Execução da Obra	140.394,08 €	---
Touro	Beneficiação da E.M. Touro-Cerdeira com construção da Rotunda no entroncamento S. João de Tarouca	Execução da Obra	46.585,87 €	109.264,61 €
Touro	Requalificação da Rua Central do Touro e Envolvente ao Pontão da Lameira	Execução da Obra	2.223,14 €	83.750,91 €
Fráguas	Beneficiação e Pavimentação da Rua da Penha e Envolvente ao Multiusos de Fráguas	Execução da Obra	31.496,42 €	---
	Beneficiação e Requalificação dos Acessos e Espaço envolvente à Capela S. António em Fráguas	Execução da Obra	2.361,15 €	13.222,99 €

VC Coelheira	Beneficiação da Rua D. Afonso Henriques em VC Coelheira	Aquisição de Terrenos	1.172,50 €	2.605,00 €
		Execução da Obra	25.05,36 €	196.464,03 €
	Execução da Obra por contrato interadministrativo com a Junta Freguesia de VC Coelheira	Execução da Obra	9.901,47 €	---
Município	Aquisição de Sinalização Rodoviário	Execução da Obra	155,17 €	1.752 €

2.3.1 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito de Mercados e Feiras em 2018 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3.17 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Turismo em 2018 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3.18 - Mapa Resumo das Operações da Dívida Autárquica (Locação Financeira), no ano 2018 (em valores):

Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
Amortizações efetivas de Empréstimos Bancários de MLP contraídos pela Câmara Municipal	598.863,81 €	4.613.868,01 €
Empréstimos Bancários de MLP contraídos pela Câmara Municipal - Juros	20.585,43 €	904.90,63 €
Subscrição Municipal de unidades de participação (FAM)	35.350,50 €	141.402,00 €
Aquisição de veículo de Passageiros - Presidência	48.549,01 €	---

2.3.19 - Mapa Resumo das Transferências entre Municípios, no ano 2018 (em valores):

Descrição		Ano 2018	Anos Anteriores
Associação Nacional de Municípios Portugueses - Quotas		4.306,70 €	53.871,32 €
Associação dos Municípios da região do Planalto Beirão - Quotas		5.825,00 €	52.948,00 €
Comunidades Intermunicipal da Região Dão Lafões - Quotas		3.610,71 €	31.324,21 €
Comparticipação Municipal no âmbito de Protocolos de Cooperação celebrados com a CIMVDL decorrentes da execução de Fundos Comunitários e Cooperação Técnica	Comparticipação Municipal Corrente	7.120,45 €	12.395,01 €
	Comparticipação Municipal Capital	6.951,01 €	4.087,29 €
Delegação Legal de competências municipais nas Freguesias – Celebração de Acordos de execução	Freguesia Pendilhe	8.027,00 €	15.595,00 €
	Freguesia Queiriga	10.111,00 €	19.645,00 €
	Freguesia Touro	25.193,00 €	12.967,00 €
	Freguesia VC Coelheira	21.880,00 €	11.262,00 €
	União Freguesias VNP, Alhais e Fráguas	20.345,00 €	39.527,00 €

2.3.20 - Mapa Resumo das Transferências Diversa Não Especificadas, no ano 2018 (em valores):

Descrição	Ano 2018	Anos Anteriores
Grande Reparação de Viaturas	11.598,90 €	45.936,58 €
Protocolo de Cooperação com os "Amigos do Pêlo" e União de Freguesias de VN Paiva, Alhais e Fráguas	6.750,00 €	29.450,00 €

2.4 - Atribuição de alvarás de construção e outros no âmbito das obras particulares

DESCRIÇÃO	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Reconstruções, alterações e ampliações	25	37	34	35	62	59	38	41	37	39	37
Construções Novas	30	28	29	20	66	52	35	36	34	34	28
Muros	8	2	1	19	12	14	35	38	39	36	38
Barracões	8	6	8	12	49	38	29	28	22	21	19
Construções Industriais	2	0	0	3	1	0	0	0	0	1	2
Loteamentos	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0
Pedidos de Informação Prévia	18	12	35	33	26	19	12	13	23	13	16
Propriedades Horizontais	4	3	1	1	2	1	1	0	0	3	2
Licenças de Utilização	95	23	60	43	65	67	66	48	46	52	42
Destaques de Parcelas de Terrenos	6	4	4	9	1	1	4	3	3	3	4
Certidões sobre Prédios Urbanos não sujeitos a Licença de Utilização	50	32	36	35	25	29	30	43	42	41	44
Certidões de Compropriedade	8	14	20	9	21	18	12	16	18	14	16
Comunicações Prévias	---	12	16	18	4	3	4	2	4	4	5

2.5 - Transferências de Capital e Correntes

2.5.1 – Transferências globais do Município para as Juntas de Freguesias.

	CORRENTES	CAPITAL
Junta Freguesia Pendilhe	---	8.027,00 €
Junta Freguesia Touro	---	12.967,00 €
Junta Freguesia Queiriga	---	10.111,00 €
Junta Freguesia Vila Cova à Coelheira	---	14.104,94 €
União de Freguesias de VNP, Alhais e Fráguas	---	20.345,00 €

Nota: Inclui Transferências Capítulo 04 (Transferências Correntes) e Capítulo 08 (Transferências de Capital)

2.5.2 – Transferências do Município para outras entidades em termos totais

CORRENTE	CAPITAL
385.172,08 €	117.552,91 €

2.5.3 - Principais Transferências Correntes do Município, para:

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de VNP	52.728,24 €
Casa do Povo de Vila Nova de Paiva	25.500,00 €
Sport Club Paivense – Assoc. Cultural e Recreativa e Desportiva	40.187,50 €
ADDLAP – Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva	16.284,81 €
Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	144.881,25 €
Associação de Solidariedade de Vila Nova de Paiva	23.832,74 €

2.5.4 - Principais Transferências de Capital do Município, para:

Fábrica Igreja paroquial do Touro	15.000,00 €
Irmandade de Nosso Senhor dos Passos	12.000,00 €
Banda Musical Progressiva de Vila Cova à Coelheira	6.600,00 €
Agrupamento Escolas de Vila Nova de Paiva	16.770.68 €

2.6 - Empreitadas e Fornecimentos

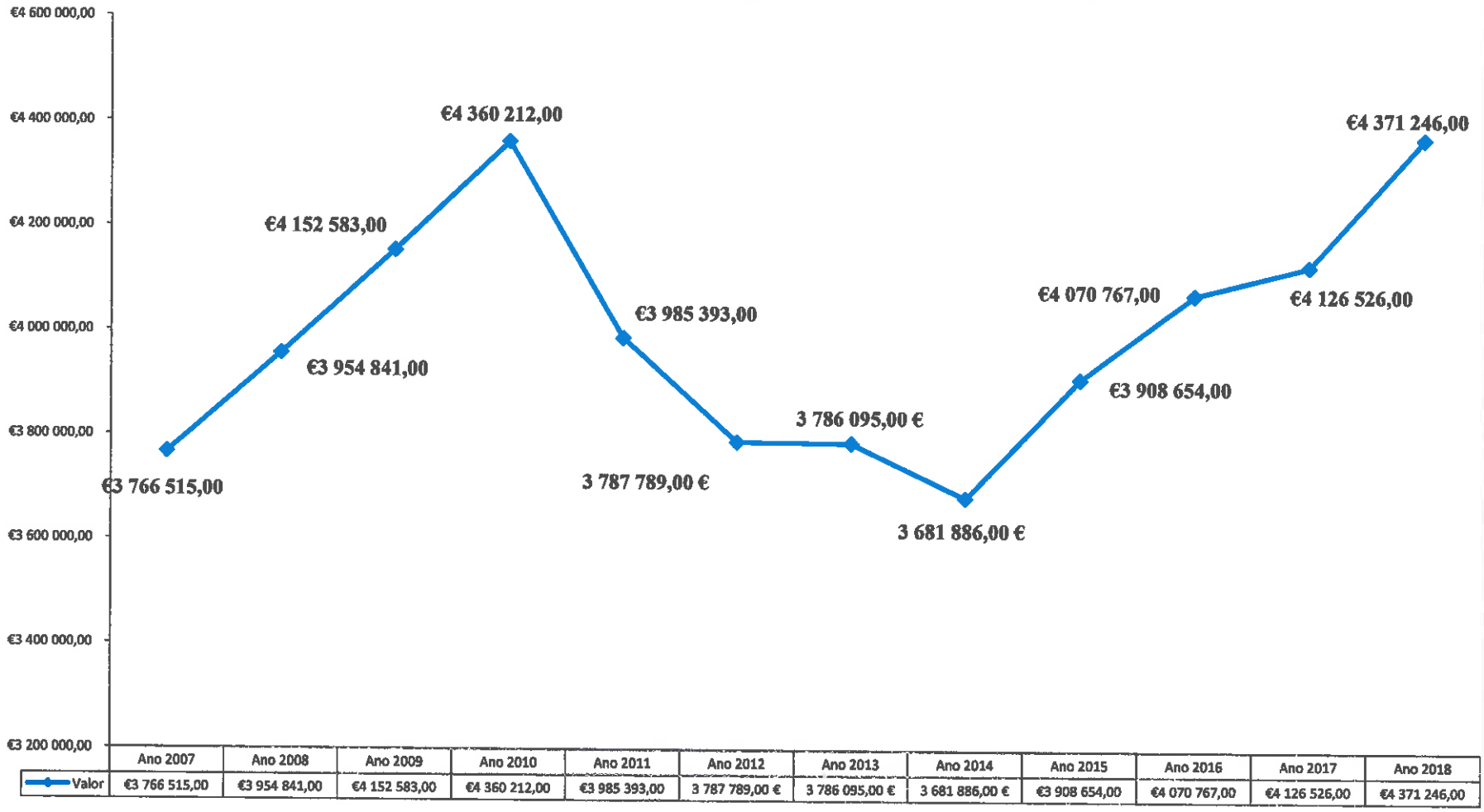
Adjudicação	Contrato	Designação de Empreitada	Adjudicatário	Valor
Tipo de procedimento: Ajuste direto simplificado				
05.07.2018	05.07.2018	Execução de Trabalhos de Reconhecimento Geológico e Geotécnico dos Terrenos da ETAR de Pendilhe	Artur Peixoto, Lda	5 951,50 €
05.07.2018	05.07.2018	Execução de Trabalhos de Reconhecimento Gelógico e Geotécnico dos Terrenos da ETAR do Touro	Artur Peixoto, Lda	6 261,50 €
05.07.2018	05.07.2018	Execução de Trabalhos de Reconhecimento Geológico e Geotécnico dos Terrenos da ETAR de Vila Cova á Coelheira	Artur Peixoto, Lda	5 951,50 €
23.10.2018	23.10.2018	Adaptação do Edifício do Parque da Latada para Casa Mortuária	Agostinho David Gomes Henriques, Unipessoal, Lda	2 400,00 €
26.10.2018	26.10.2018	Reconhecimento Geológico e Geotécnico da Reabilitação Urbana da Rua Padre José Sá Marques e Avenida Aquilino Ribeiro	Geoma - Geotecnia e Mecânica de Solos, L.da	1 950,00 €
05.11.2018	05.11.2018	Trabalhos de Calcetamento na Rua Santo António, Fraguas	Carlos Manuel Resende Reis	2 227,50 €
Tipo de procedimento: Concurso público				
16.11.2018	16.11.2018	Construção da ETAR de Pendilhe	Matos & Pinto Construções, L.da	417 021,07 €
09.11.2018	09.11.2018	Construção da ETAR do Touro	António Saraiva & Filhos,Lda	596 500,00 €
16.11.2018	16.11.2018	Construção da ETAR de Vila Cova à Coelheira	António Saraiva & Filhos,Lda	596 500,00 €
Tipo de procedimento: Consulta prévia				
14.06.2018	14.06.2018	Requalificação da Av. do Seixal e ponte da Lameira - Touro	Terraplanagens- Oliveira e Sequeira, L.da	144 929,75 €

26.07.2018	26.07.2018	Terraplanagens dos novos Arruamentos O, P, P1, X, Y, Z e W em Vila Nova de Paiva	Terraplanagens- Oliveira e Sequeira, L.da	79 959,89 €
18.09.2018	18.09.2018	Adaptação da Antiga Escola Primária da Queiriga para Centro de Memória das Migrações	Lopes & Irmãos, Lda	77 898,65 €
			Total	**1 937 551,36 €**

2.7 - Evolução das Transferências do Orçamento do Estado para o Município de Vila Nova de Paiva

	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.498.015,00 €	2.166.224,00 €	2.886.930,00 €	2.886.930,00 €	3.147.752,00 €	3.296.381,00 €	3 442 924,00 €	3 498 593,00 €	3 445 227,00 €
Fundo Social Municipal	134.363,00 €	116.517,00 €	116.534,00 €	116.534,00 €	116.534,00 €	159.208,00 €	159 208,00 €	159 593,00 €	159 208,00 €
Participação Fixa no IRS	62.491,00 €	60.898,00 €	60.898,00 €	60.898,00 €	67.850,00 €	86.800,00 €	86 088,00 €	85 793,00 €	92 647,00 €
Excedente (N.º3, art.º 35.º, Lei n.º 73/2013)									291 361,00 €
TRANSFERÊNCIAS CAPITAL									
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.665.343,00 €	1.444.150,00 €	721.733,00 €	721.733,00 €	349.750,00 €	366.265,00 €	382 547,00 €	382 547,00 €	382 803,00 €
Cooperação Técnica e Financeira	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Outras	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Total	4.360.212,00 €	3.985.393,00 €	3.787.789,00 €	3.786.095,00 €	3.681.886,00 €	3.908.654,00 €	4 070 767,00 €	4 126 526,00 €	4 371 246,00 €

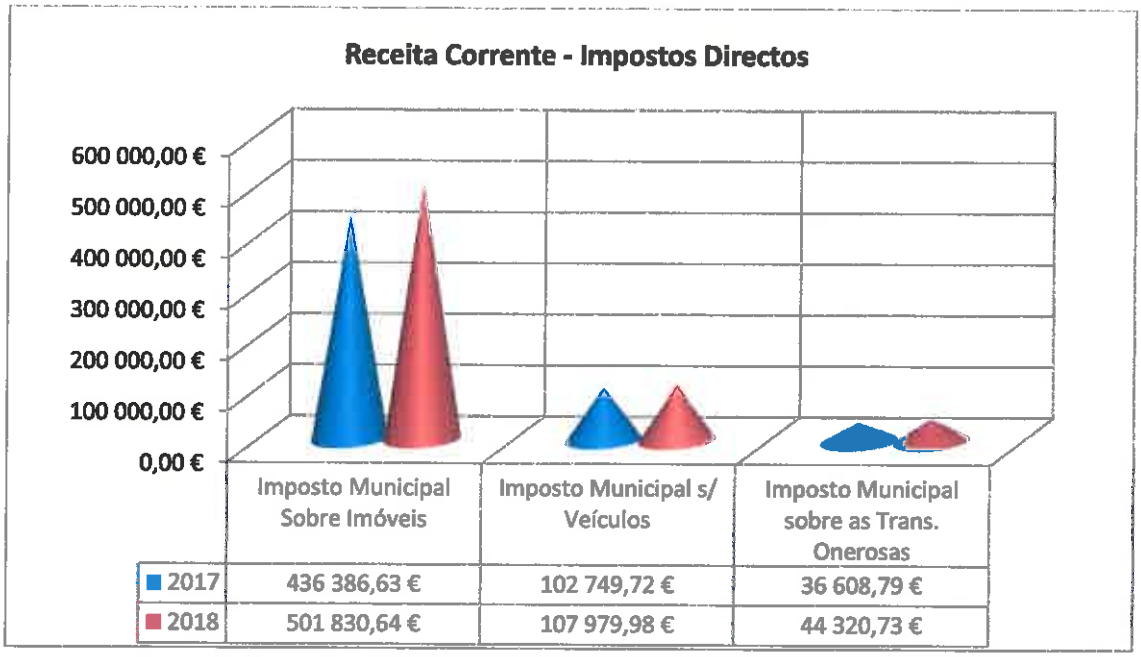
Evolução das Transferências do Orçamento de Estado para o Município



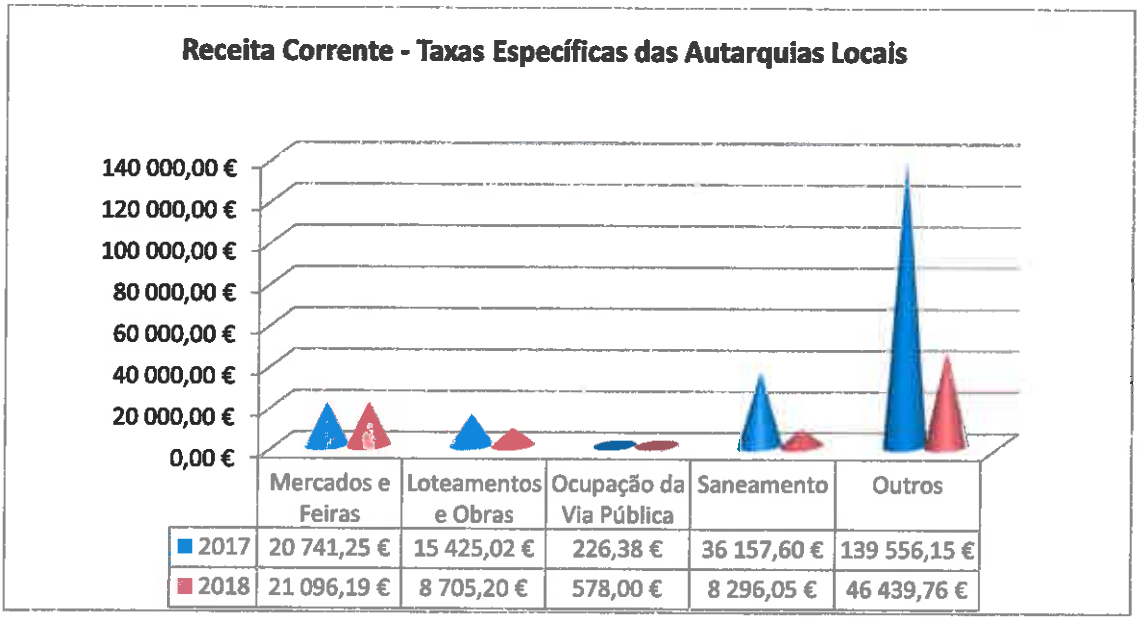
	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Valor	€3 766 515,00	€3 954 841,00	€4 152 583,00	€4 360 212,00	€3 985 393,00	3 787 789,00 €	3 786 095,00 €	3 681 886,00 €	€3 908 654,00	€4 070 767,00	€4 126 526,00	€4 371 246,00

3 – Análise da Situação Financeira

3.1 – Análise Gráfica das Receitas Correntes

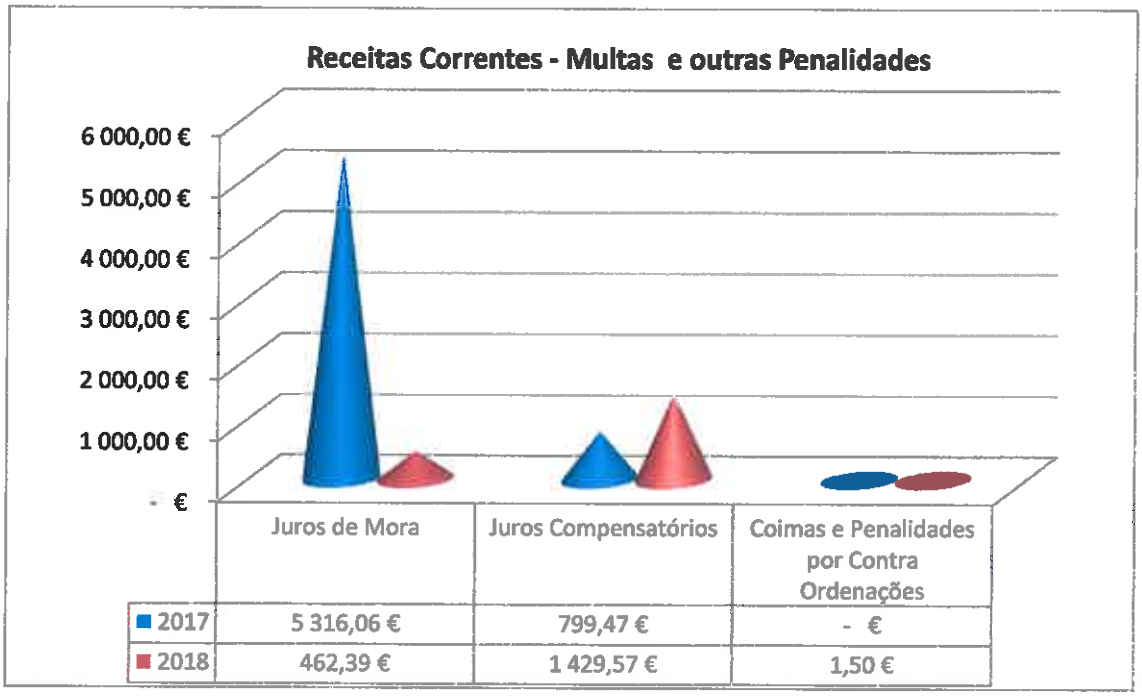


	Imposto Municipal Sobre Imóveis	Imposto Municipal s/ Veículos	Imposto Municipal sobre as Trans. Onerosas
2017	436 386,63 €	102 749,72 €	36 608,79 €
2018	501 830,64 €	107 979,98 €	44 320,73 €

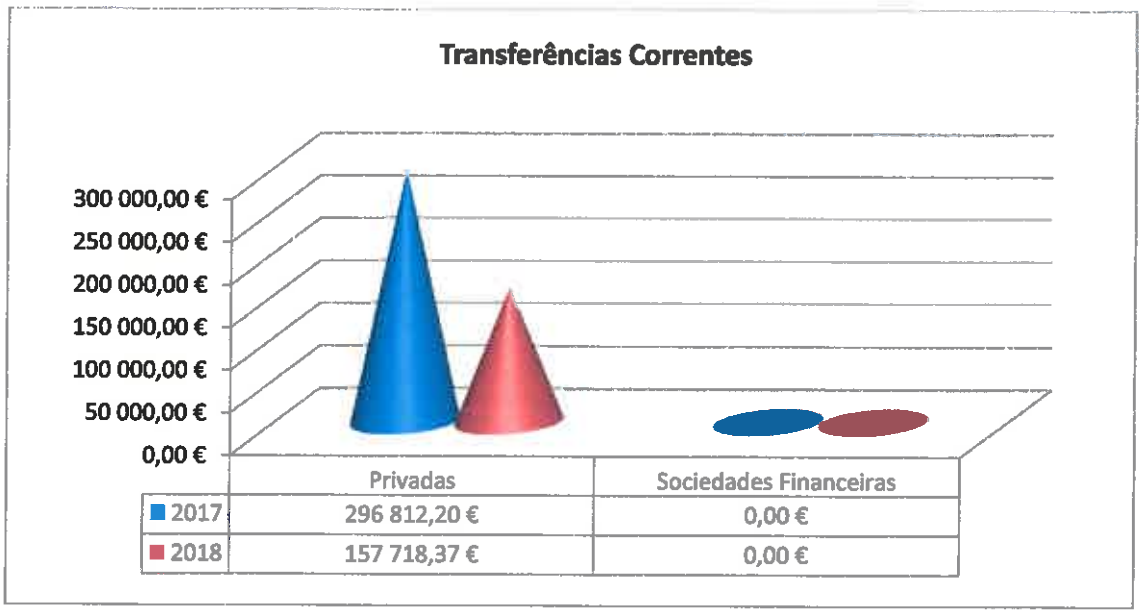


	Mercados e Feiras	Loteamentos e Obras	Ocupação da Via Pública	Saneamento	Outros
2017	20 741,25 €	15 425,02 €	226,38 €	36 157,60 €	139 556,15 €
2018	21 096,19 €	8 705,20 €	578,00 €	8 296,05 €	46 439,76 €

Nota: Houve uma alteração na afectação de rúbricas em relação ao ano anterior. As taxas dos resíduos sólidos deixaram de ser contabilizadas na conta 04 Receita Corrente - Taxas Específicas Autarquias "Outros" e passaram a ser afectadas na conta 05 Receita Corrente - Rendimentos de Propriedade.

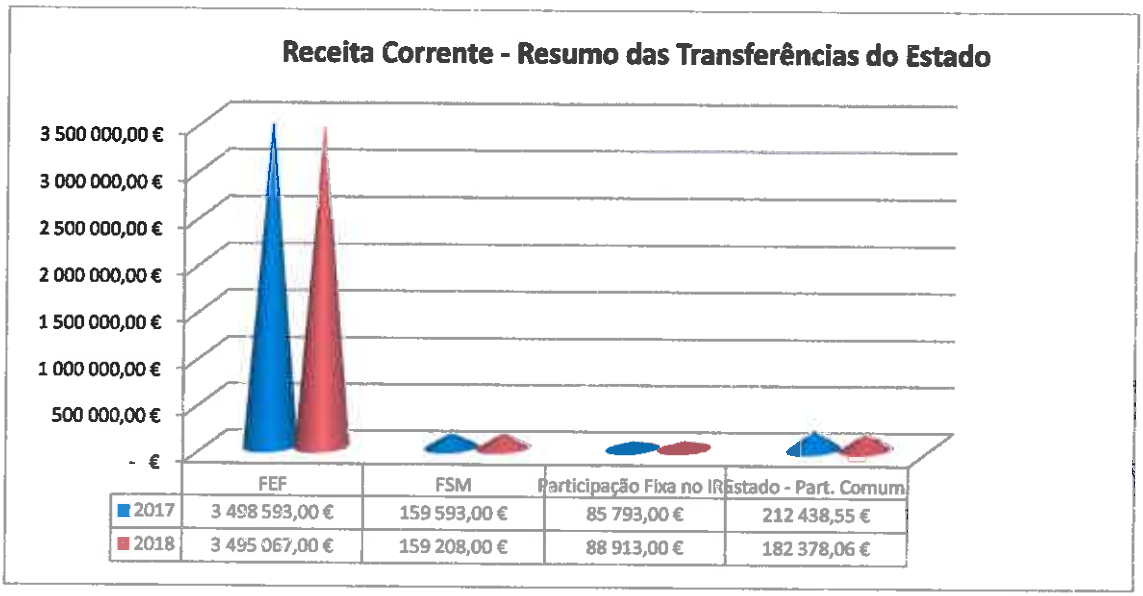


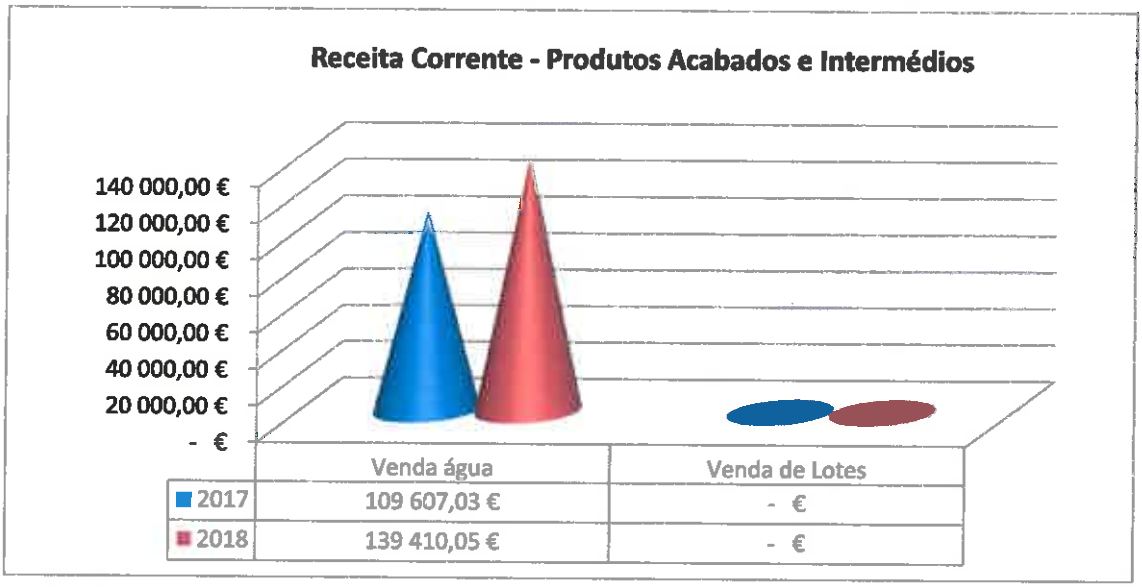
Nota: No ano 2007, a conta 04 – Receita Corrente – Taxas, Multas e Outras Penalidades – Juros de Mora, beneficiou deste tipo de juros por parte da Administração Central do IMI e IMTT.



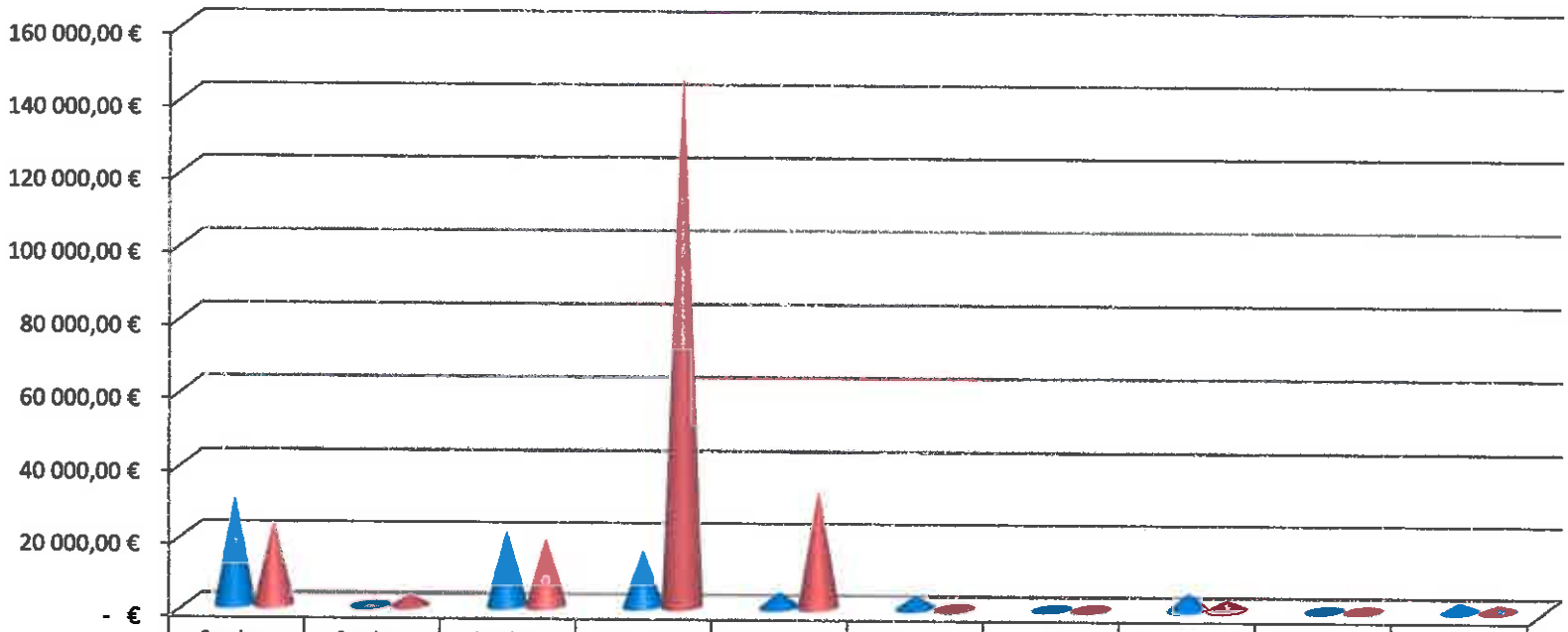
Nota: Houve uma alteração na afectação de rúbricas em relação ao ano anterior. A rubrica 06 Receitas Correntes - Transferências Correntes – Privadas, deixaram de ser contabilizadas as receitas com os

parques eólicos e passaram a ser afectadas na conta 05 – Receitas Correntes - Rendimentos de Propriedade.

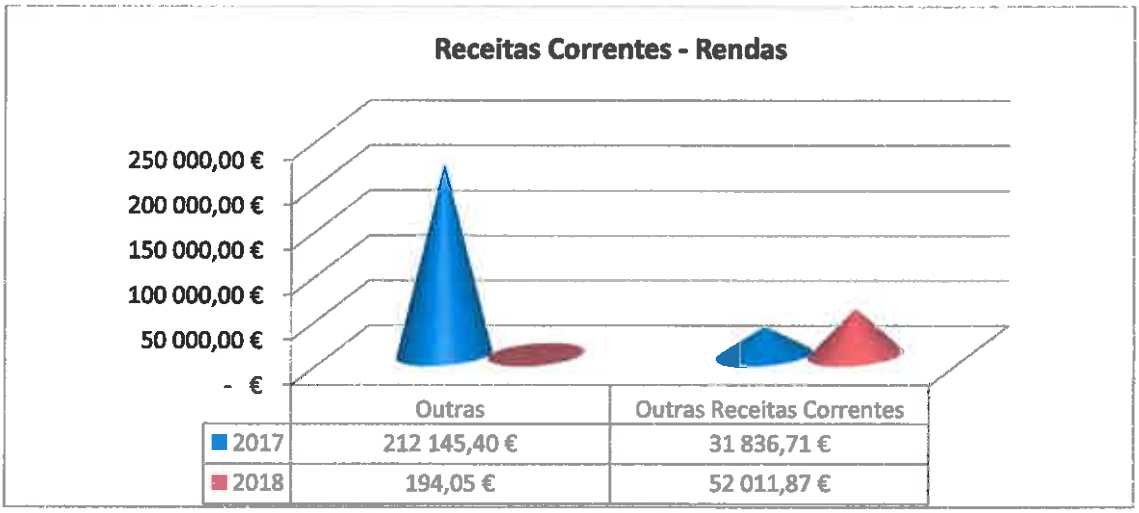




Receitas Correntes - Serviços

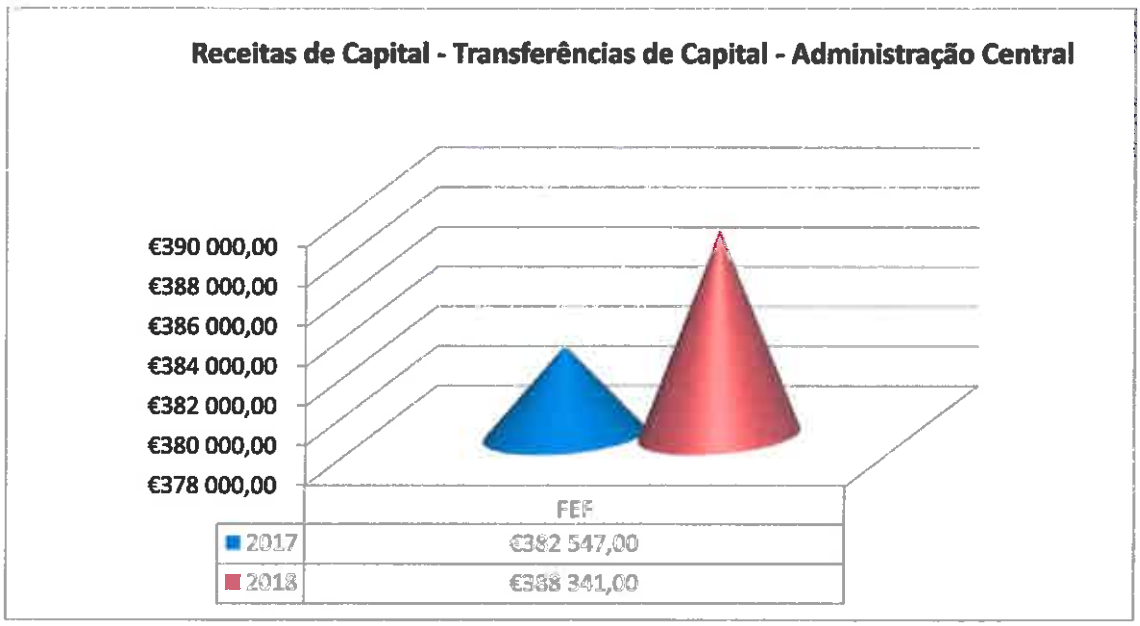


	Serviços Sociais	Serviços Culturais	Serviços Desportivos	Serv. Esp. Autarquias	Saneamento	Transportes C. Escolares	Cemitérios	Ramais dom. Água	Transportes Escolares	Outros
2017	29 998,05 €	318,00 €	20 749,15 €	15 467,84 €	4 376,09 €	3 543,50 €	200,00 €	4 783,16 €	- €	2 565,09 €
2018	23 974,02 €	3 081,00 €	18 768,05 €	146 640,18 €	33 519,95 €	- €	187,50 €	2 563,31 €	- €	1 927,82 €



Nota: Houve uma alteração na afectação de rúbricas em relação ao ano anterior. A rubrica 07 – Receitas Correntes - Transferências Correntes - Rendas deixou de ser contabilizada as receitas com a Iluminação Pública e passaram a ser afectadas na conta 05 – Receitas Correntes - Rendimentos de Propriedade.

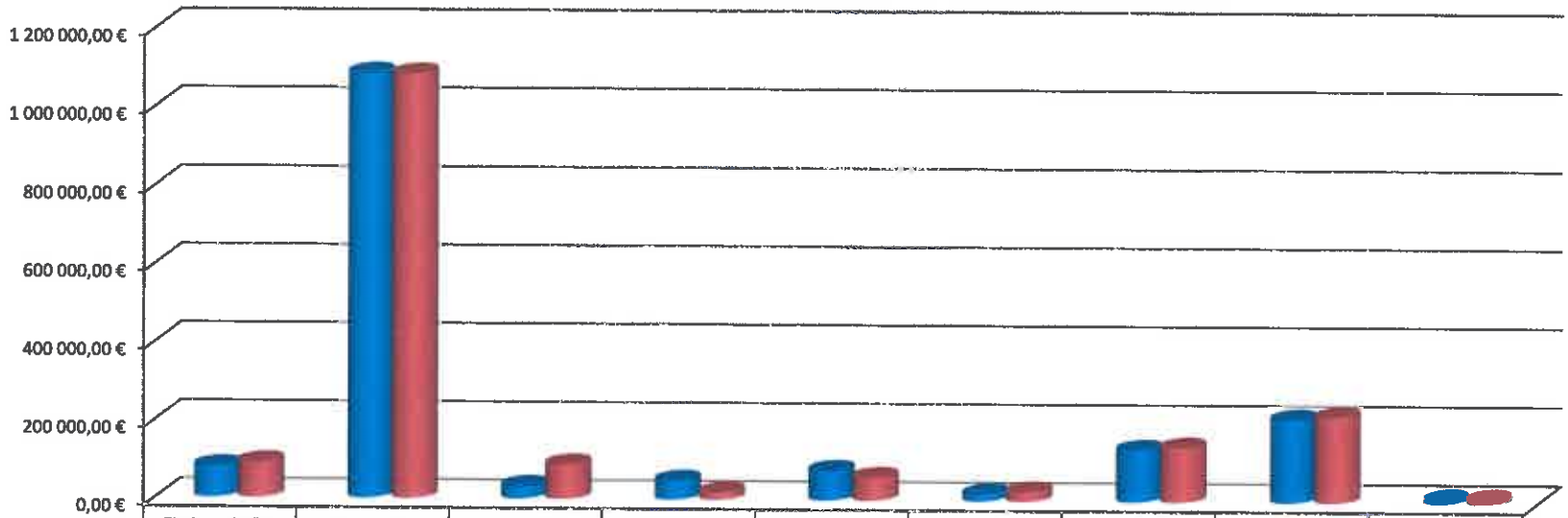
3.2 – Análise Gráfica das Receitas de Capital



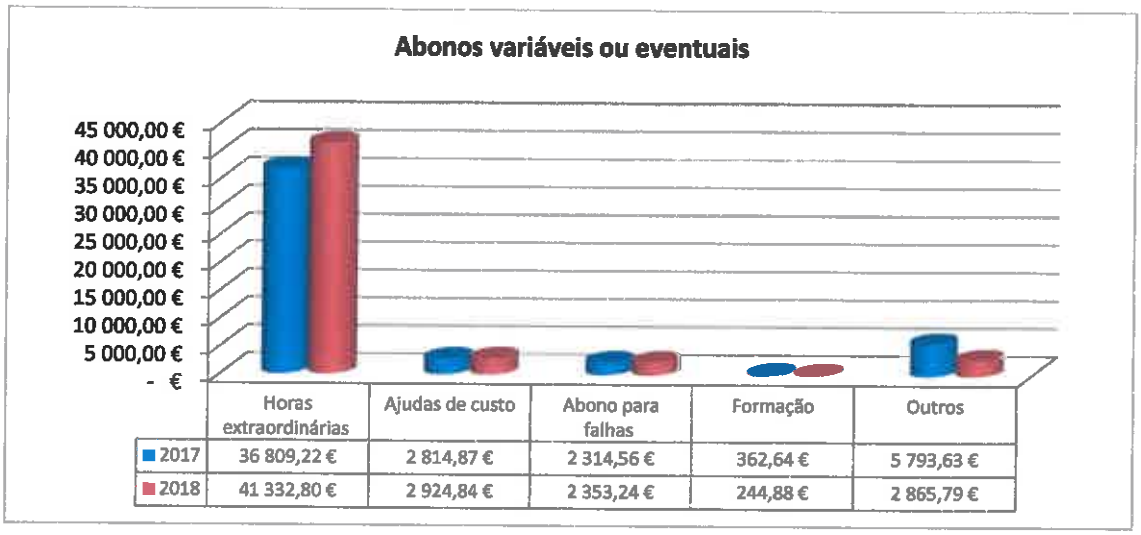


3.3 - Análise Gráfica das Despesas Correntes:

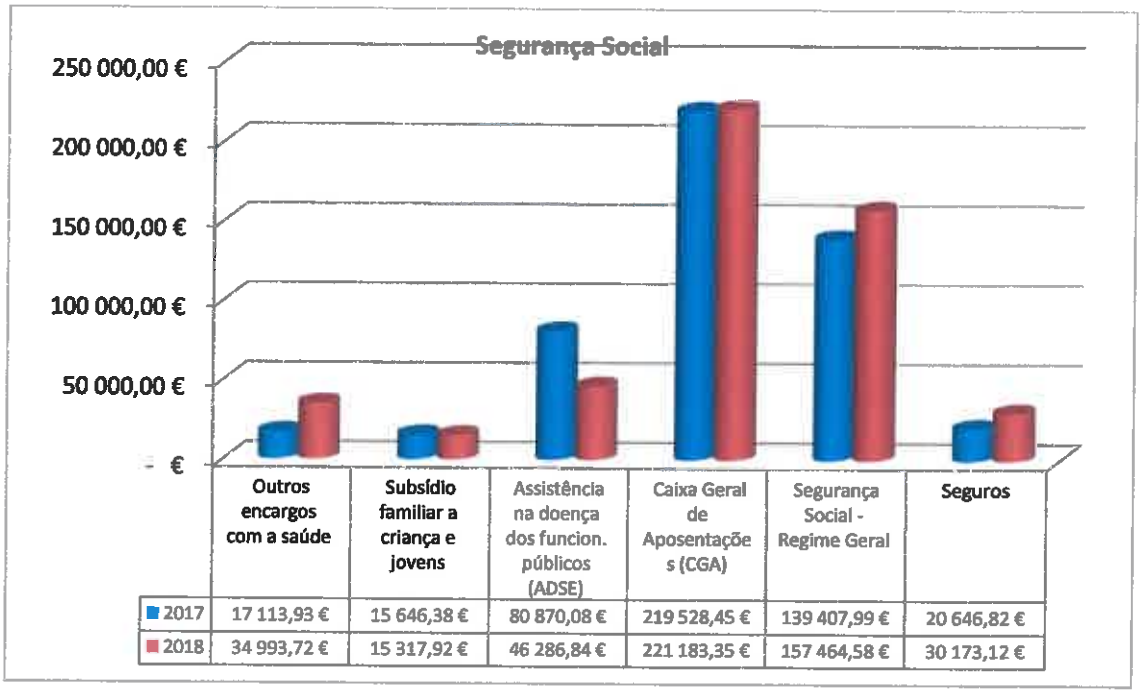
Despesas c/ Pessoal



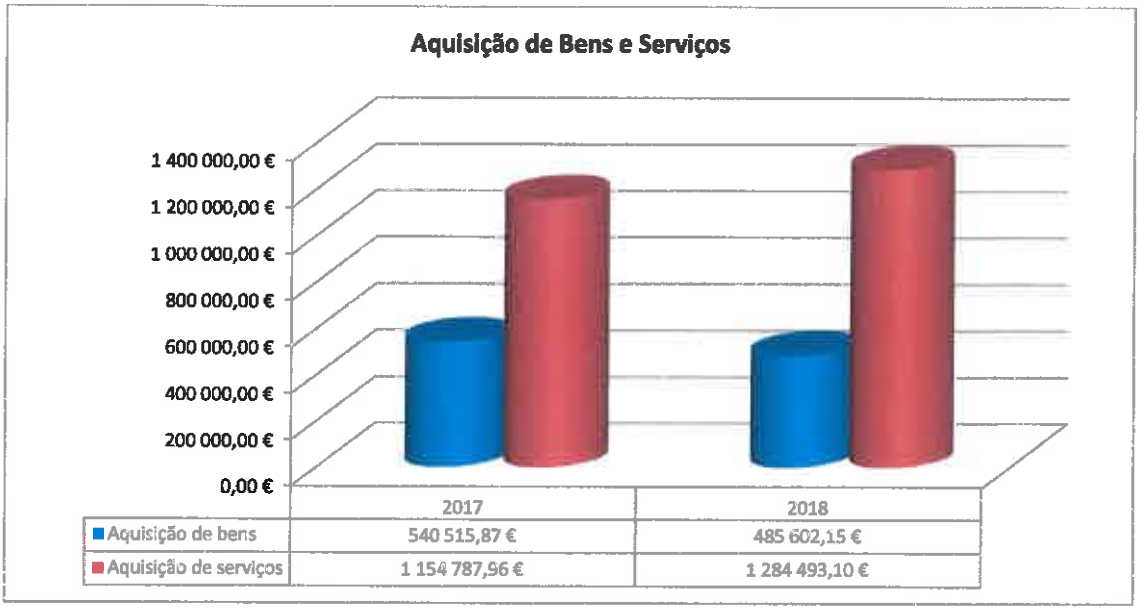
	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	Pessoal contratado a termo	Pessoal em regime de tarefa ou avença	Pessoal em qualquer outra situação	Representação	Subsidio de refeição	Subsídio de férias e de Natal	Remunerações por doença e maternidade/paternidade
2017	81 267,88 €	1 087 463,55 €	33 420,00 €	49 551,22 €	77 392,11 €	19 781,36 €	134 258,30 €	214 402,16 €	12 687,81 €
2018	92 117,51 €	1 086 170,49 €	89 318,89 €	19 842,00 €	60 340,87 €	25 661,87 €	140 970,00 €	221 004,24 €	12 499,21 €



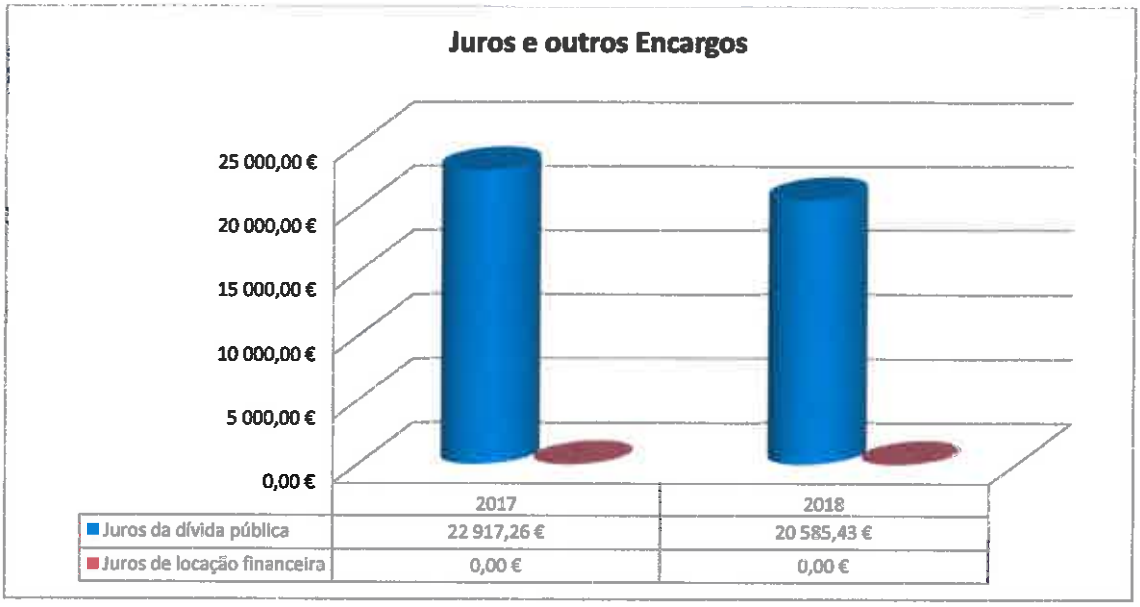
	Horas extraordinárias	Ajudas de custo	Abono para falhas	Formação	Outros
2017	36 809,22 €	2 814,87 €	2 314,56 €	362,64 €	5 793,63 €
2018	41 332,80 €	2 924,84 €	2 353,24 €	244,88 €	2 865,79 €



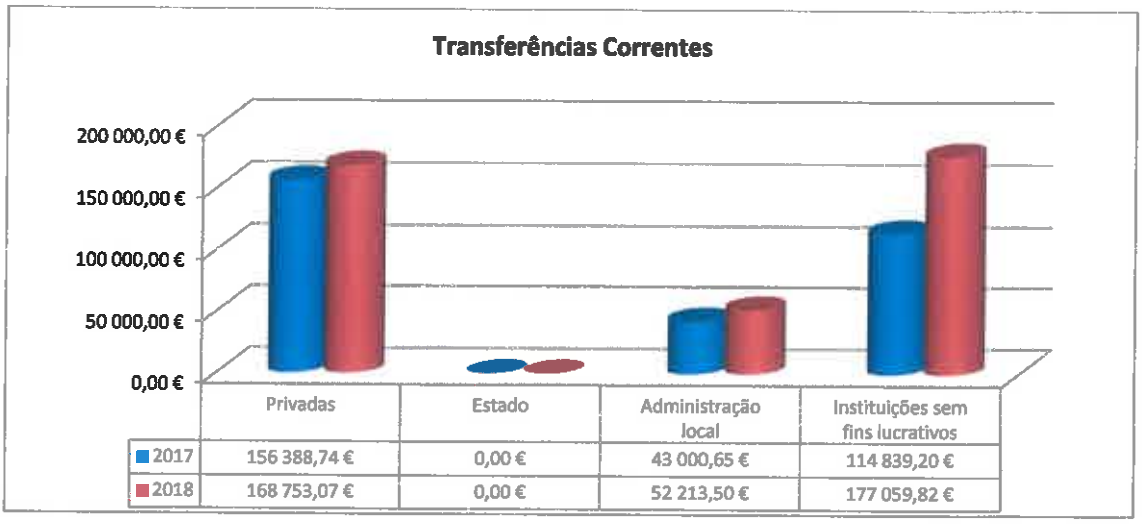
	Outros encargos com a saúde	Subsídio familiar a criança e jovens	Assistência na doença dos funcion. públicos (ADSE)	Caixa Geral de Aposentaçõe s (CGA)	Segurança Social - Regime Geral	Seguros
2017	17 113,93 €	15 646,38 €	80 870,08 €	219 528,45 €	139 407,99 €	20 646,82 €
2018	34 993,72 €	15 317,92 €	46 286,84 €	221 183,35 €	157 464,58 €	30 173,12 €



	2017	2018
Aquisição de bens	540 515,87 €	485 602,15 €
Aquisição de serviços	1 154 787,96 €	1 284 493,10 €

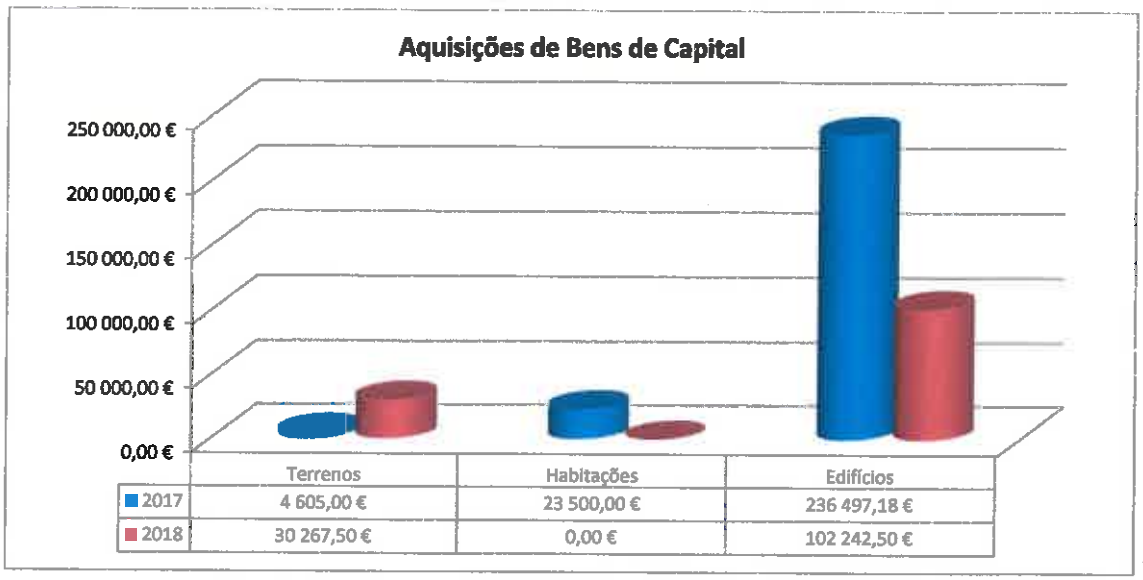


	2017	2018
Juros da dívida pública	22 917,26 €	20 585,43 €
Juros de locação financeira	0,00 €	0,00 €

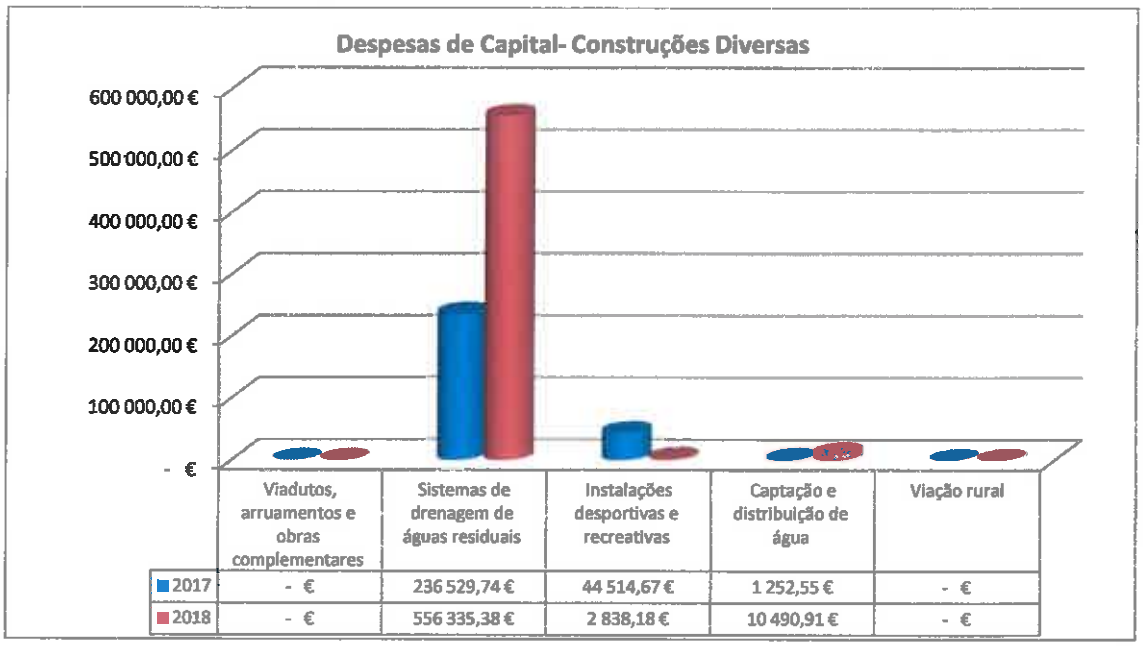


	Privadas	Estado	Administração local	Instituições sem fins lucrativos
2017	156 388,74 €	0,00 €	43 000,65 €	114 839,20 €
2018	168 753,07 €	0,00 €	52 213,50 €	177 059,82 €

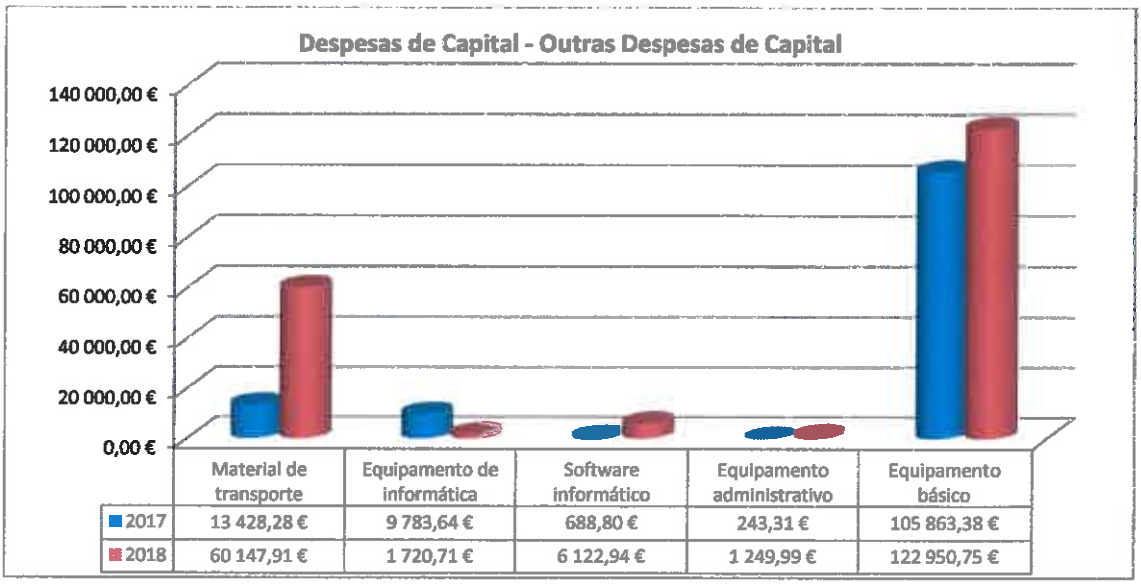
3.4 - Análise Gráfica das Despesas de Capital:



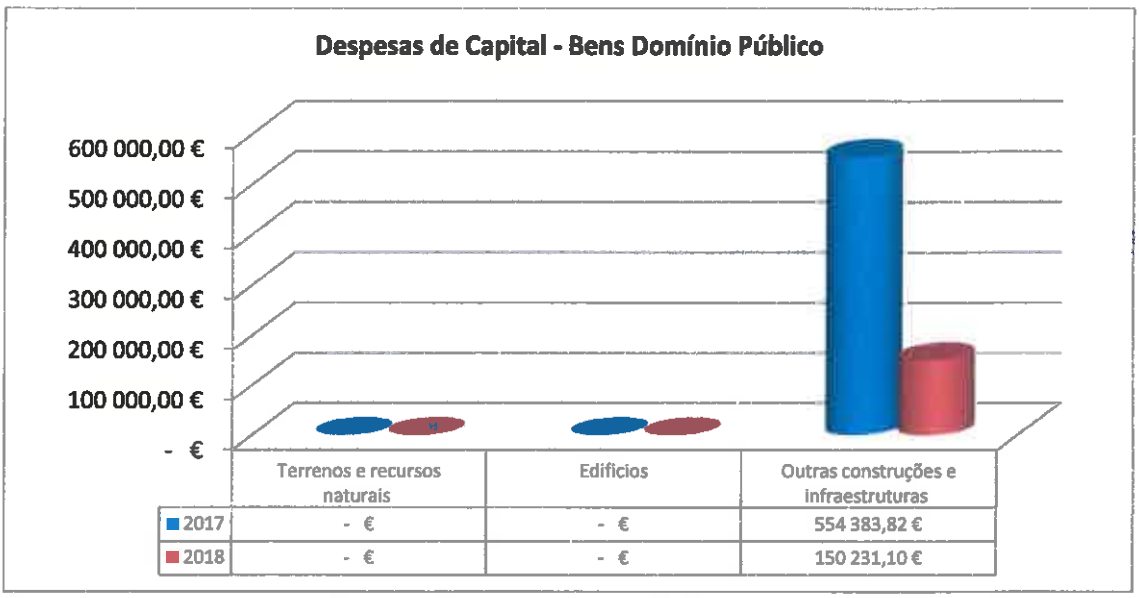
	Terrenos	Habitações	Edifícios
2017	4 605,00 €	23 500,00 €	236 497,18 €
2018	30 267,50 €	0,00 €	102 242,50 €



	Viadutos, arruamentos e obras complementares	Sistemas de drenagem de águas residuais	Instalações desportivas e recreativas	Captação e distribuição de água	Viação rural
2017	- €	236 529,74 €	44 514,67 €	1 252,55 €	- €
2018	- €	556 335,38 €	2 838,18 €	10 490,91 €	- €

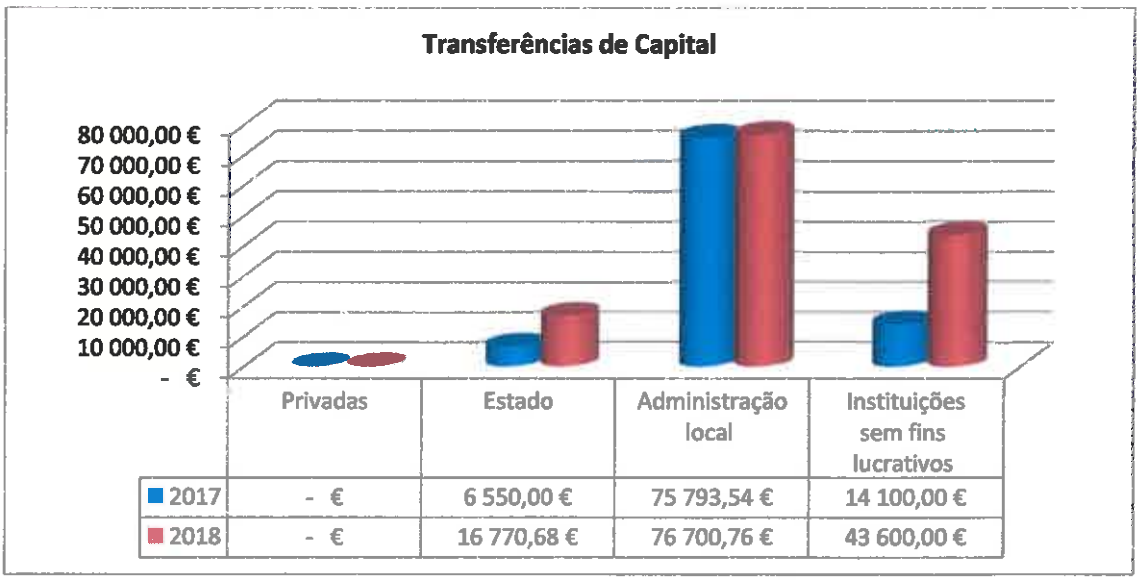


	Material de transporte	Equipamento de informática	Software informático	Equipamento administrativo	Equipamento básico
2017	13 428,28 €	9 783,64 €	688,80 €	243,31 €	105 863,38 €
2018	60 147,91 €	1 720,71 €	6 122,94 €	1 249,99 €	122 950,75 €

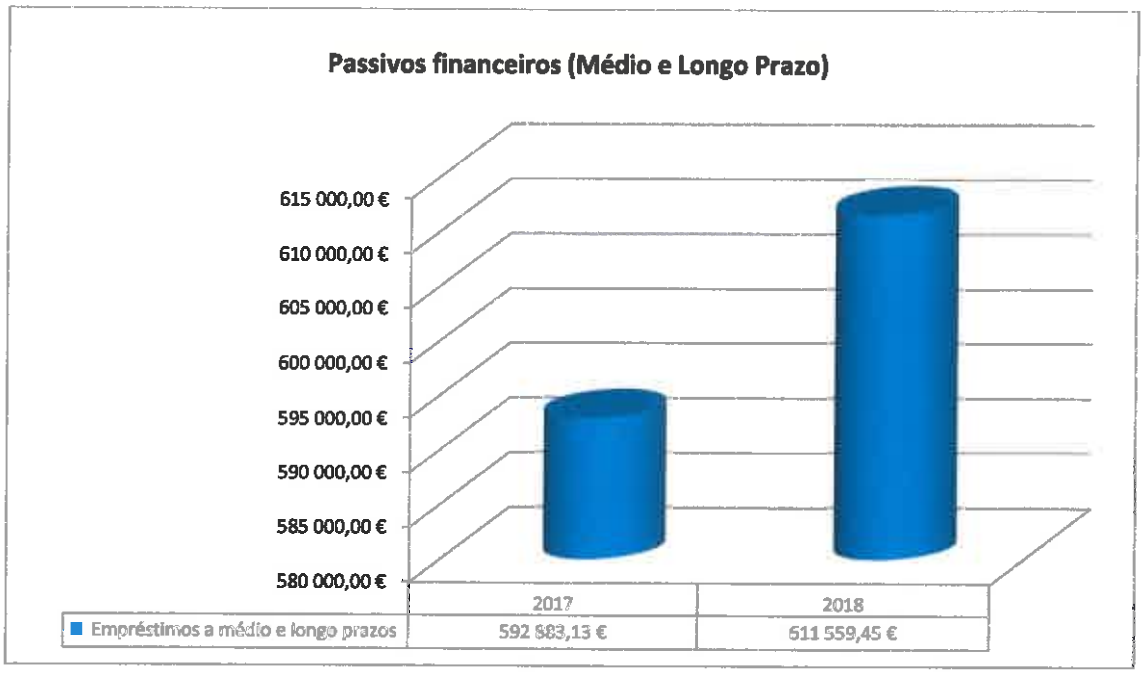


	Terrenos e recursos naturais	Edifícios	Outras construções e infraestruturas
2017	- €	- €	554 383,82 €
2018	- €	- €	150 231,10 €

Nota: Na conta Despesas de Capital – Bens de Domínio Público – Outras Construções Diversas



	Privadas	Estado	Administração local	Instituições sem fins lucrativos
2017	- €	6 550,00 €	75 793,54 €	14 100,00 €
2018	- €	16 770,68 €	76 700,76 €	43 600,00 €


Passivos financeiros (Médio e Longo Prazo)
615 000,00 €
610 000,00 €
605 000,00 €
600 000,00 €
595 000,00 €
590 000,00 €
585 000,00 €
580 000,00 €
2017
2018
Empréstimos a médio e longo prazos
592 883,13 €
611 559,45 €

4 - Análise da evolução da Despesa de Capital Realizadas v/s Receita Capital Realizadas, em relação ao ano 2017

Rubricas	Ano 2017	Ano 2018	Diferença	%
Total das Despesas Capital	2 013 323,99 €	1 829 728,82 €	-183 595,17 €	-10,03%
Total das Receitas Capital	955 304,90 €	797 205,25 €	-158 099,65 €	-19,83%

As rubricas que mais contribuíram para esta diminuição, de cerca de **10 p.p** das **Despesas de Capital**, foram:

Rubricas	Ano 2018 (*)	%
Edifícios	-134.254,68 €	-131,31 %
Escolas	-34.254,68 €	-1.527,52 %
Viadutos, arruamentos e obras complementares	-378.959,13 €	-252.25 %

(*) Diferença relativamente ao ano anterior.

Quanto às **Receitas de Capital**, as rubricas que mais contribuíram para este aumento, de cerca de **%**, foram:

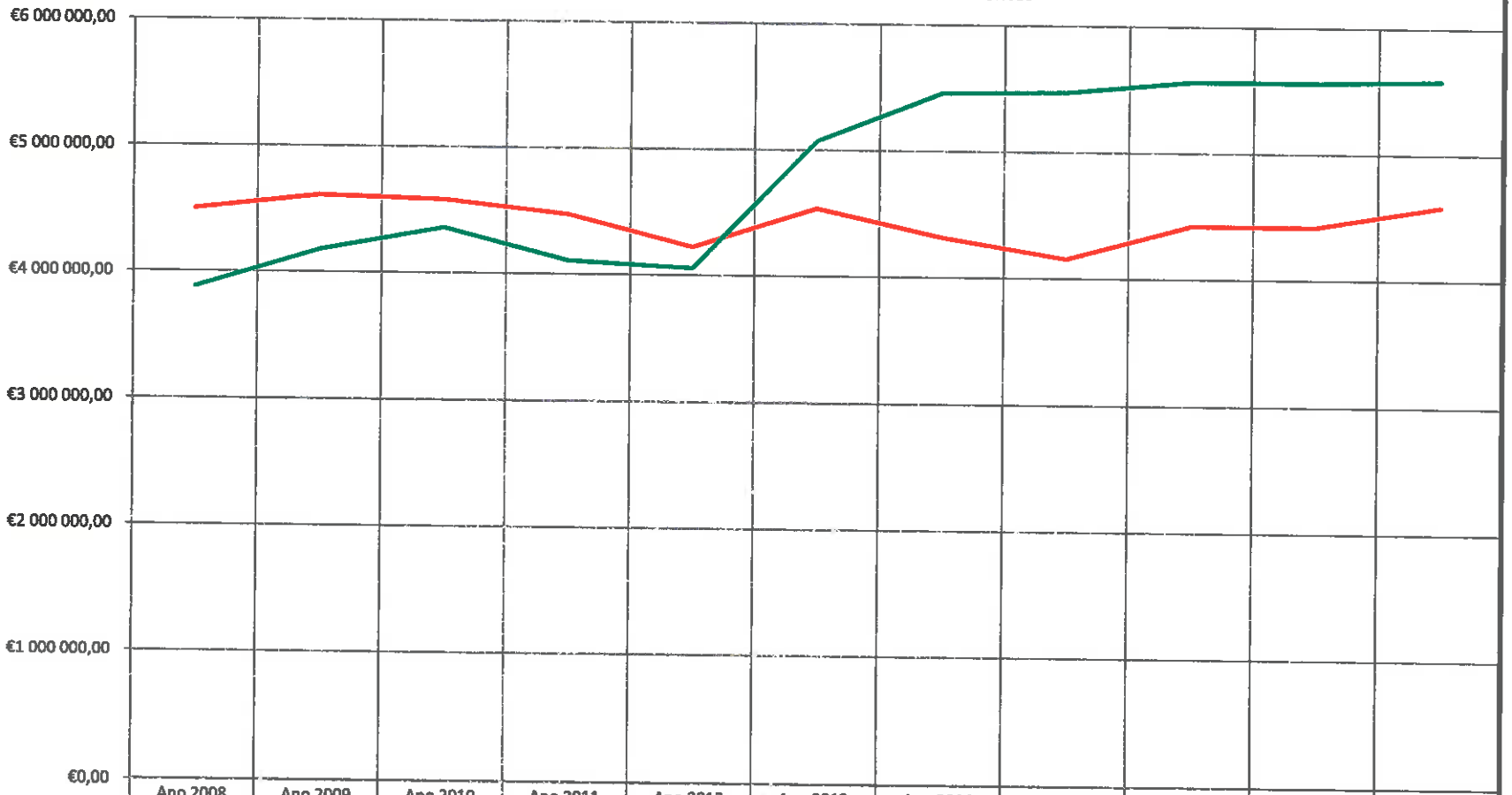
Rubricas	Ano 2018 (*)	%
Venda de Vens de Investimento	-95.151,83 €	-100,00 %
Transferências Ad. Central - Estado	-82.965,61 €	-10.68 %
Estado-Particip. Comunitária Proj. co-financiados	-18.434,34 €	-4,74 %

(*) Diferença relativamente ao ano anterior.

4.1 - Análise da evolução das Despesas Correntes Realizadas e das Receitas Correntes Cobradas, em relação ao ano 2017:

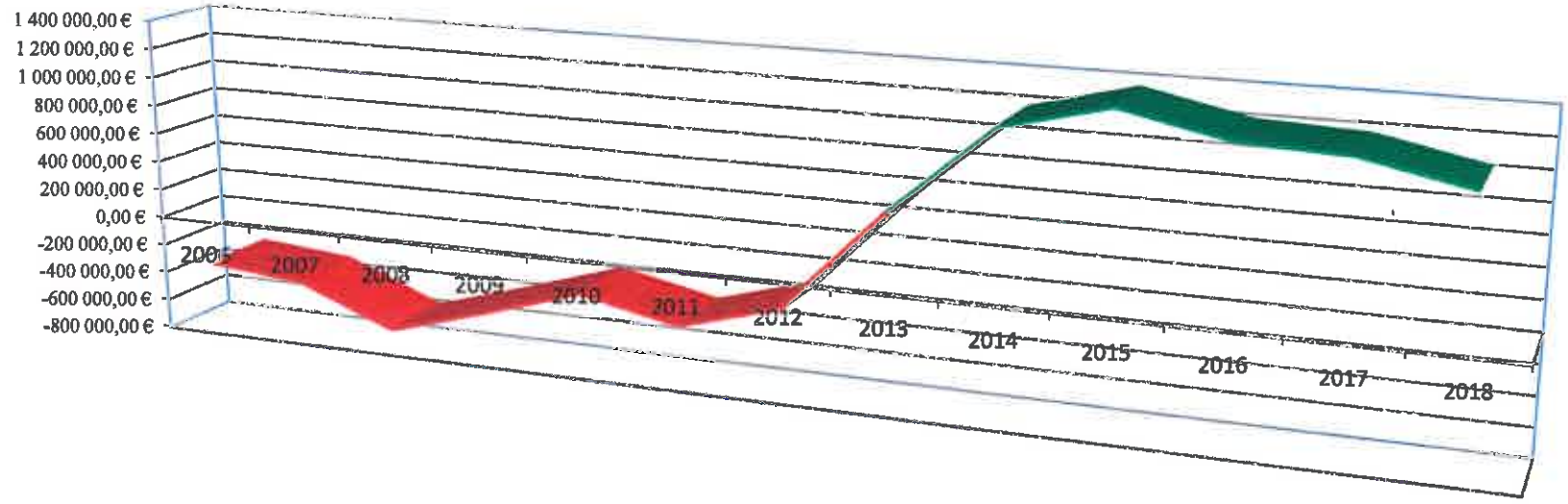
Rubricas	Ano 2018	%
Total das Despesas Correntes Liq.	4 583 222,79 €	+ 3,72 %
Total das Receitas Correntes Liq.	5 578 478,75 €	+ 0,39 %

Evolução das Despesas Correntes e das Receitas Correntes

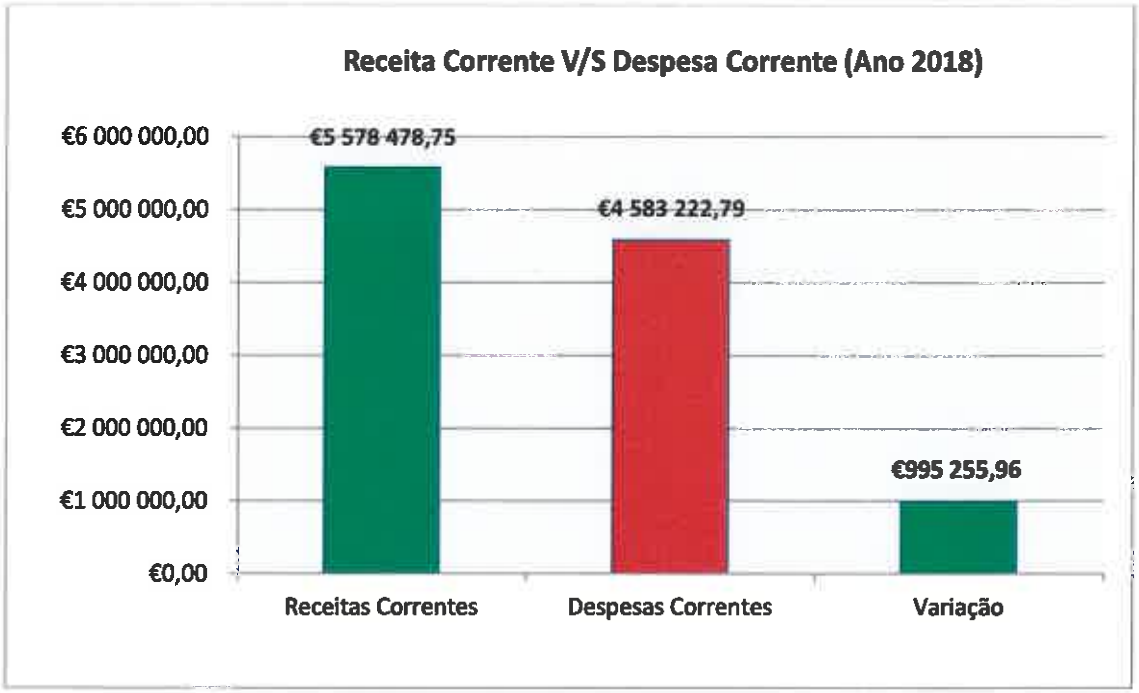


	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	2015	2016	2017	2018
Total das Despesas Correntes	€4 493 543,09	€4 604 838,95	€4 575 770,90	€4 468 147,51	€4 219 915,13	€4 532 168,97	€4 313 896,19	€4 153 713,96	€4 418 931,59	€4 418 931,59	€4 583 222,79
Total das Receitas Correntes	€3 879 507,50	€4 175 445,64	€4 354 818,70	€4 105 986,16	€4 053 451,48	€5 066 467,32	€5 452 363,93	€5 469 221,60	€5 556 889,77	€5 556 889,77	€5 578 478,75

Variação da Receita Corrente Versus Despesa Corrente



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valores	-297 947,50	-360 433,00	-627 108,40	-429 393,30	-220 952,20	(€362 161,35	-166 463,65	534 298,35 €	€1 138 467,	1 315 507,64	€1 167 762,7	€1 137 958,	€995 255,96



As rubricas que contribuíram, para a subida de 3,72 % . ↗ das Despesas Correntes, em relação ao ano 2017, foram:

Rubricas	Ano 2018 (*)	%
Pessoal em qualquer outra situação	51 533,22 €	2,29 %
Transportes	50 488,28 €	21,84%
Assistência Técnica	17 694,86 €	77,87%
Outros Serviços	148 115,66 €	48,85%

(*) Diferença relativamente ao ano anterior.

As rubricas das Receitas Correntes, que contribuíram para esta subida residual de 0,39 %, ↗ em relação ao ano 2017, foram:

Rubricas	Ano 2018 (*)	%
Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)	65 444,01 €	15,00%
Venda de Água	29 803,02 €	27,19%
Serviços Especificos das Autarquias	131 172,34 €	848,03%
Residuos Sólidos	108 294,00 €	100,00 %

(*) Diferença relativamente ao ano anterior.

4.2 – Análise dos desvios entre as Receitas e as Despesas Previstas e as Realizadas

	PREVISTAS	REALIZADAS
Receitas Correntes	5 927 877,00 €	5 578 478,75 €
Despesas Correntes	5 310 776,00 €	4 583 222,79 €
Receitas de Capital	6 656 767,00 €	797 205,25 €
Despesas de Capital	7 308 866,00 €	1 829 728,82 €

Os desvios verificados entre a previsão (inicial) e a realização são traduzidos pelas seguintes percentagens de realização.

- Receitas Correntes -6,26 %
- Despesas Correntes -15,87 %
- Receitas de Capital -735,01 %
- Despesas de Capital -299,45 %

Total das Receitas Previstas 12 584 644,00 €

Total das Receitas Realizadas 6 375 684,00 €

Saldo da Gerência Anterior 991 993,20 €

Percentagem de Realização Receita -70,81 %

Evolução da Percentagem de Realização das Receitas

Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
- 54,50 %	- 24,70 %	-63,31 %	-15,58 %	-60,62 %	-37,53 %	-70,81 %

Total da Despesa Prevista 12 619 642,00 €

Total da Despesa Realizada 6 412 951,61 €

Percentagem de Realização Despesa -96,78%

Evolução da Percentagem Realização das Despesas

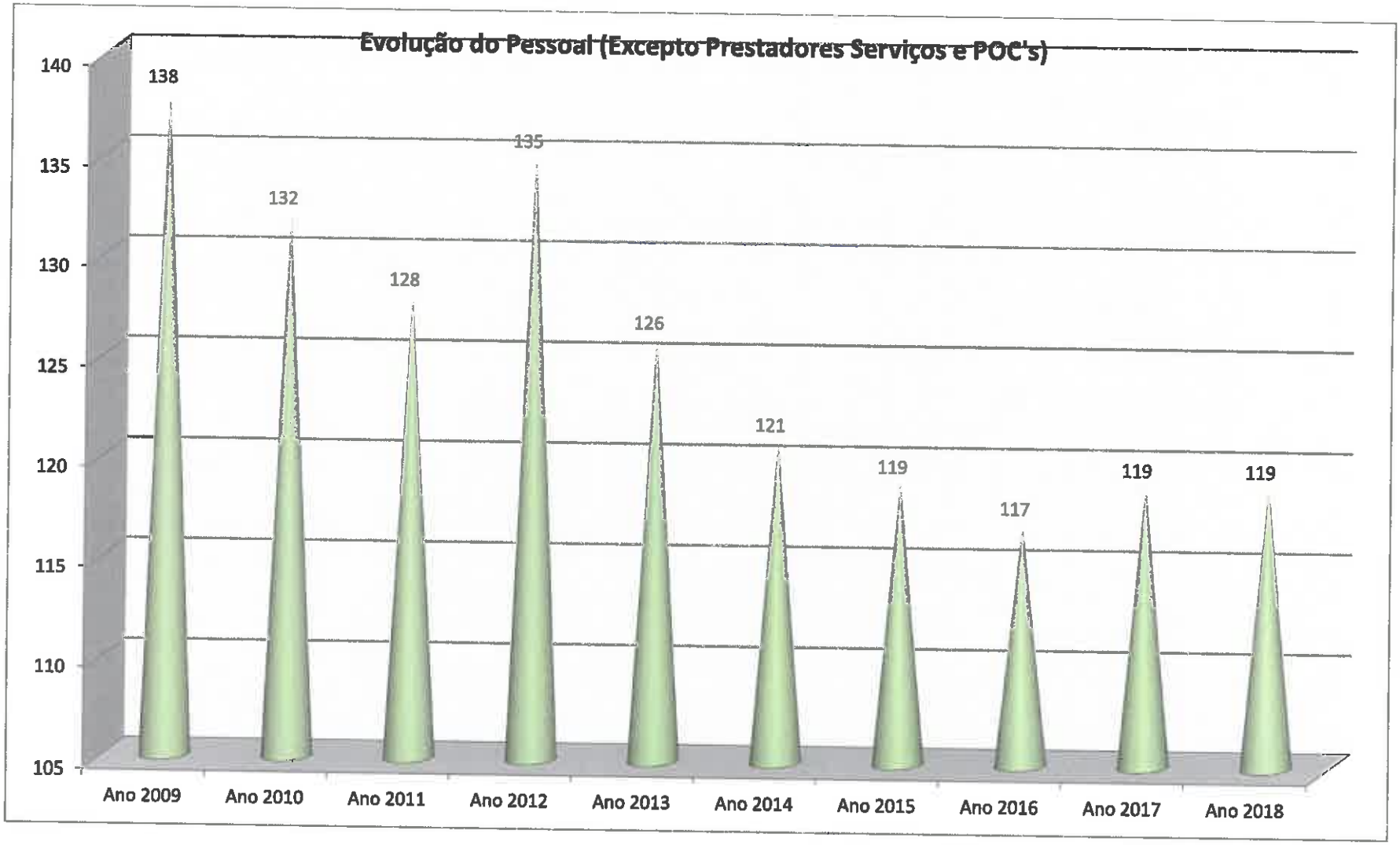
Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
- 57,40 %	- 34,87 %	- 80,36 %	-29,94 %	- 68,54 %	-56,49%	-96,78 %

5 – Pessoal

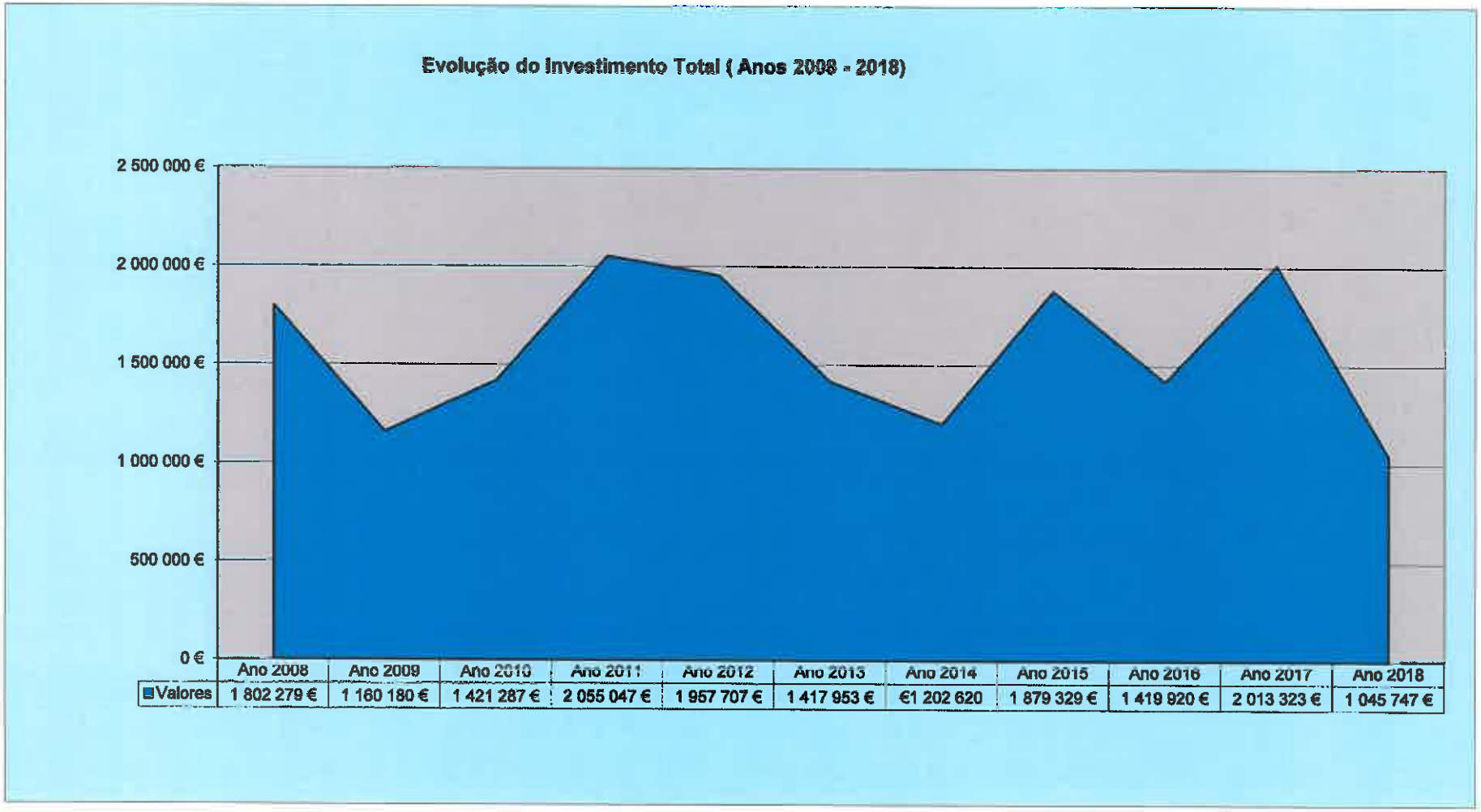
Em 31.12.2018 a situação do Pessoal a cargo do Município era a seguinte:

	Trabalhadores	Situação em 31.12.2009	Situação em 31.12.2010	Situação em 31.12.2011	Situação em 31.12.2012	Situação em 31.12.2013	Situação em 31.12.2014	Situação em 31.12.2015	Situação em 31.12.2016	Situação em 31.12.2017	Situação em 31.12.2018
(1)	Trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, que transitaram em 01.01.2009 do regime de nomeação definitiva	81	79	76	75	73	71	68	67	63	63
(2)	Trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado contratados após 01.01.2009	0	43	46	46	48	48	46	45	45	50
(3)	Trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado = (1) + (2)	81	112	122	122	121	119	114	112	108	113
(4)	Contratados com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo	56	20	1	9	0	0	0	0	6	6
(5)	Contratados com vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto	0	0	5	5	5	5	5	5	5	0
(6)	Total de trabalhadores = (3) + (4) + (5)	137	132	128	136	126	124	119	117	119	119

Fonte: Mapas do Pessoal aprovados.


Evolução do Pessoal (Excepto Prestadores Serviços e POC's)
140
135
130
125
120
115
110
105
138
132
128
135
126
121
119
117
119
119
Ano 2009
Ano 2010
Ano 2011
Ano 2012
Ano 2013
Ano 2014
Ano 2015
Ano 2016
Ano 2017
Ano 2018

6 - Evolução do Investimento Total nos últimos 8 anos



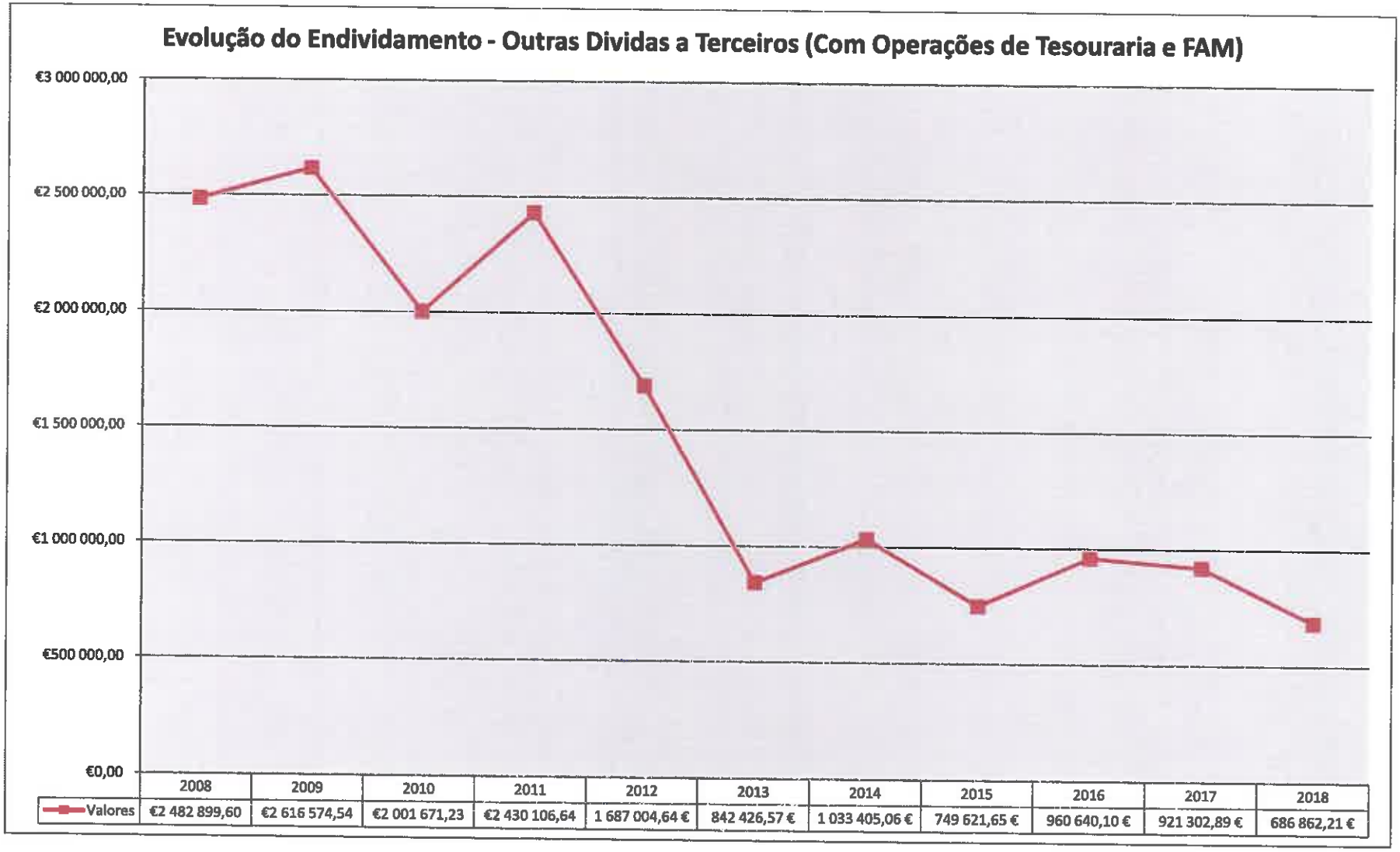
	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Valores	1 802 279 €	1 160 180 €	1 421 287 €	2 055 047 €	1 957 707 €	1 417 953 €	€1 202 620	1 879 329 €	1 419 920 €	2 013 323 €	1 045 747 €

6.1 – Endividamento – Outras Dívidas a Terceiros (C/ Operações de Tesouraria)

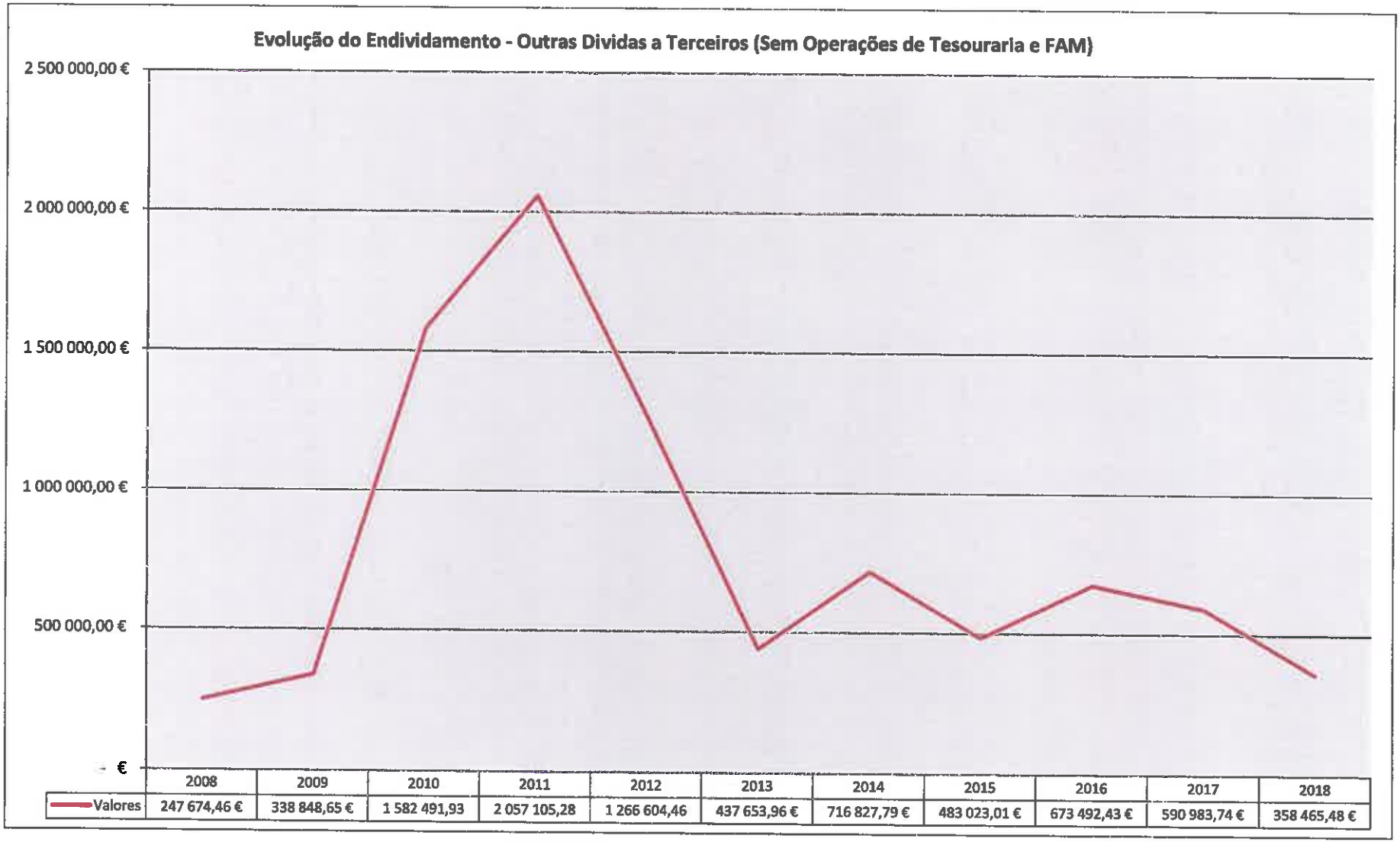
ANOS	Outras Dívidas a Terceiros (Com Operações de Tesouraria)	Outras Dívidas a Terceiros (Sem Operações de Tesouraria)
• 2007 (*)	2.873.386,75 €	377 869,82 €
• 2008 (*)	2.482.899,60 €	247 674,46 €
• 2009 (*)	2.616.574,54 €	338 848,65 €
• 2010 (*)	2.009.192,66 €	1 582 491,93 €
• 2011 (*)	2.430.106,64 €	2 057 105,28 €
• 2012 (*)	1.687.004,64 €	1 266 604,46 €
• 2013 (*)	842.426,57 €	437 653,96 €
• 2014 (*)	1.033.405,06 €	716 827,79 €
• 2015 (*)	749.621,65 €	483 023,01 €
• 2016 (*)	919.449,35 €	673 492,43 €
• 2017 (*)	921 302,89 €	590 983,74 €
• 2018 (*)	759.369,15 €	430.999,43 €

(*) O valor apresentado corresponde ao total do Endividamento – Outras Dívidas a Terceiros, constante do mapa anexo à Prestação de Contas, que inclui nomeadamente as dívidas por operações de tesouraria e, desde 2015, a contribuição municipal para o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Não estão contabilizados nestes cálculos as dívidas a terceiros de curto prazo constantes do Balanço anexo à Prestação de Contas, referentes às componentes de curto prazo dos empréstimos bancários de médio e longo prazo e do leasing (que não houve neste último caso).



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valores	€2 482 899,60	€2 616 574,54	€2 001 671,23	€2 430 106,64	1 687 004,64 €	842 426,57 €	1 033 405,06 €	749 621,65 €	960 640,10 €	921 302,89 €	686 862,21 €

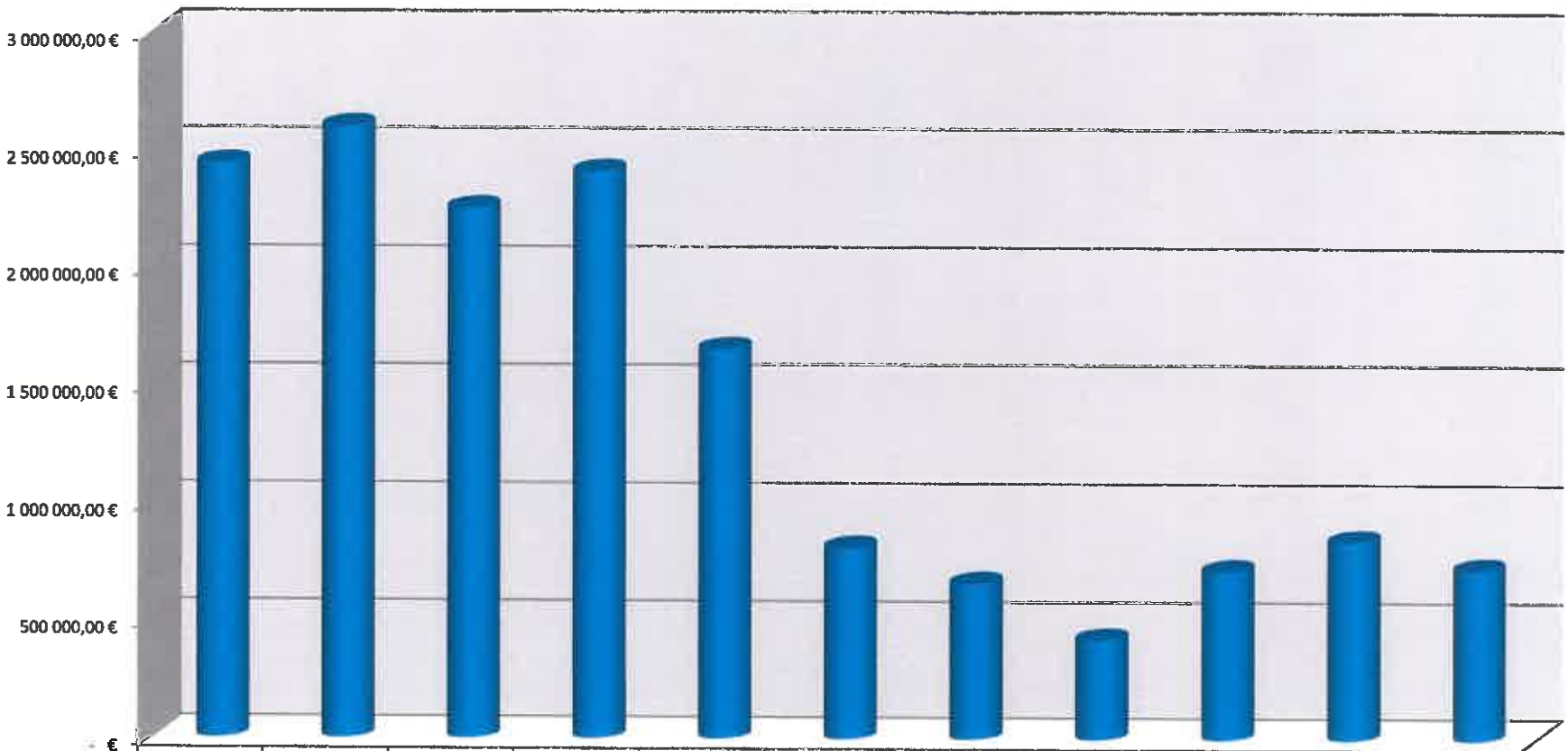


	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valores	247 674,46 €	338 848,65 €	1 582 491,93	2 057 105,28	1 266 604,46	437 653,96 €	716 827,79 €	483 023,01 €	673 492,43 €	590 983,74 €	358 465,48 €

6.1.1 – Dívidas a Terceiros – Curto Prazo – Balanços Anuais

Dívidas a Terceiros - Curto Prazo								
Dívidas	**Anos**							
	2011	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Fornecedores, c/c	333.111,27 €	358.113,38 €	312.495,90 €	217.590,18 €	96.783,68 €	211 486,01 €	133 876,21 €	161 271,04 €
Fornecedores - Facturas em R. Conferência	---	---	---	---	---	111 887,74 €	68 498,18 €	118 509,24 €
Clientes e Utentos c/ cauções	---	---	---	---	---	13 656,98 €	14 292,56 €	15 022,11 €
Fornecedores de Imobilizado, c/c	790.029,13 €	504.716,38 €	63.547,36 €	65.173,85 €	61.190,55 €	57 252,71 €	191 747,71 €	70 273,70 €
Estado e Outros Entes Públicos	35.567,45 €	21.257,81 €	29.789,48 €	30.893,56 €	25.128,93 €	24 981,44 €	24 073,62 €	25 177,16 €
Outros Credores	1.254.894,24 €	774.254,62 €	413.789,32 €	638.893,56 €	248.473,64 €	305 459,26 €	417 864,30 €	342 897,30 €
Total	**2.413.602,09 €**	**1.658.342,19 €**	**819.622,06 €**	**952.551,15 €**	**431.576,80 €**	**724 724,14 €**	**850 352,58 €**	**733 150,55 €**

Balanço - Evolução das Dívidas a Terceiros



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valores	2 445 164,41	2 602 340,34	2 255 899,96	2 413 602,09	€1 658 342,1	€819 622,06	€669 753,79	€431 576,80	€724 724,14	€850 352,58	€733 150,55

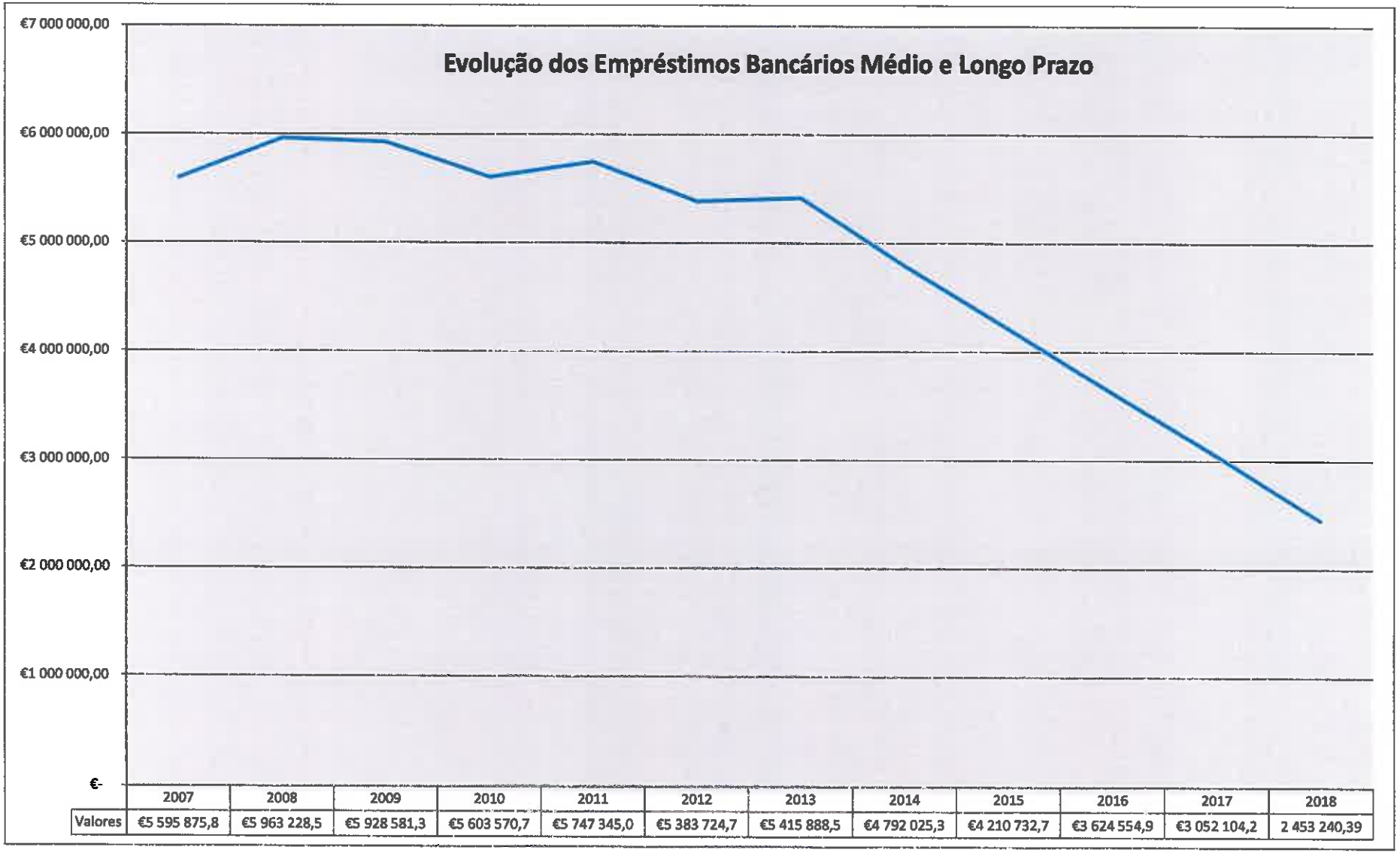
6.2.1 - Mapa de Empréstimos de médio e longo prazos

Operação		Capital Utilizado	Data início	Data fim	Capital em dívida em 31.12.2018	Vida útil remanescente (em anos)	Amortizações em 2018	OBS. (a)
						Em 31.12 2018		
CGD – PT 0035089400004045091		788.100,68 €	27.01.2000	27.01.2020	92 194,33 €	2	73 755,46 €	
CGD – PT 0035901500021851091		538.701,73 €	31.07.2001	30.08.2021	107 753,26 €	3	39 182,44 €	
CGD – PT 0035901500031318091		625.309,00 €	13.08.2002	13.08.2022	190 273,09 €	4	49 934,06 €	X
CGD – PT 0035901500032739091		394.625,62 €	20.11.2002	20.11.2022	90 596,04 €	4	22 649,01 €	X
CGD – PT 0035901500032500091		345.225,67 €	29.11.2002	28.11.2022	93 083,94 €	4	22 882,27 €	X
CGD – PT 0035901500032519091		219.290,66 €	29.11.2002	28.11.2022	58 690,93 €	4	14 472,85 €	X
CGD – PT 0035901500034317091		557.820,23 €	12.12.2002	12.12.2022	134 736,14 €	4	50 119,55 €	X
CGD – PT 0035901500032497091		535.600,00 €	30.12.2002	30.12.2022	20 962,58 €	4	4 658,34 €	X
CGD – PT 0035901500033329091		82.258,33 €	20.01.2003	20.01.2023	39 951,95 €	5	8 878,21 €	X
CGD – PT 0035901500034529091		161.464,65 €	20.02.2003	20.02.2023	161 457,08 €	5	39 937,94 €	X
CGD – PT 0035901500037269091		364.024,00 €	16.07.2003	16.07.2018	- €	0	25 422,40 €	
CGD – PT 0035901500051369091		762.322,00 €	29.11.2006	28.11.2026	39 223,80 €	8	39 165,58 €	
CGD – PT 0035901500058151091		439.460,00 €	17.12.2007	17.12.2019	66 131,16 €	1	33 065,58 €	
CGD – PT 0035901500075447091		289.323,75 €	20.03.2012	20.12.2020	90 202,80 €	2	45 101,40 €	X
CGD – PT 0035901500075455091		394.637,25 €	20.03.2012	20.12.2020	367 979,36 €	2	45 997,42 €	
CCAM de Vale do Dão e Alto Vouga – Emp. N.º 56049915738		761.133,82 €	15.11.2010	15.11.2030	354 606,49 €	12	43 006,32 €	
					200 000,00 €	12	- €	X
PAEL Prog. I	Emp.0289E118132012.01	410.291,32 €	15.11.2013	15.05.2027	249 105,17 €	9	29 306,81 €	
	Emp.0289E118132012.02	158.598,90 €	15.11.2013	15.05.2027	96 292,27 €	9	11 328,46 €	
	TOTAL	7.828.187,61 €			**2 453 240,39 €**		**598 864,10€**	

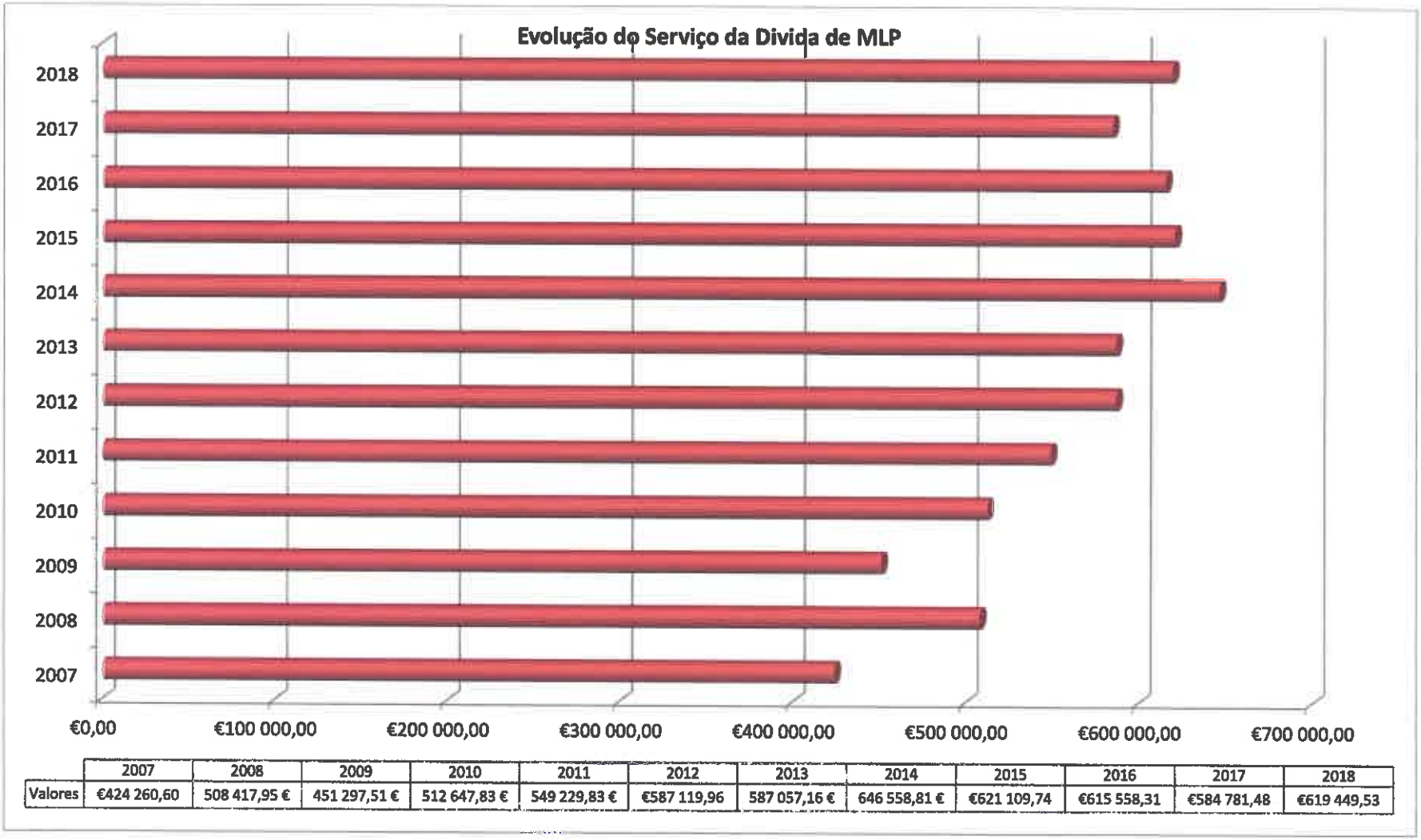
(a) Os empréstimos assinalados com "X" são empréstimos excecionados dos limites de endividamento.

6.2.2 - Evolução dos Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazo

ANOS	Valor em dívida em 31 de Dezembro
• 2003	4.195.124,63 €
• 2004	4.936.658,58 €
• 2005	5.357.425,48 €
• 2006	5.617.558,70 €
• 2007	5.595.875,87 €
• 2008	5.963.228,51 €
• 2009	5.928.581,36 €
• 2010	5.603.570,72 €
• 2011	5.747.345,03 €
• 2012	5.383.724,76 €
• 2013	5.415.888,55 €
• 2014	4.792.025,39 €
• 2015	4.210.732,79 €
• 2016	3 613 798,17 €
• 2017	3 052 104,49 €
• 2018	2 453 240,39 €



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valores	€5 595 875,8	€5 963 228,5	€5 928 581,3	€5 603 570,7	€5 747 345,0	€5 383 724,7	€5 415 888,5	€4 792 025,3	€4 210 732,7	€3 624 554,9	€3 052 104,2	2 453 240,39



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valores	€424 260,60	508 417,95 €	451 297,51 €	512 647,83 €	549 229,83 €	€587 119,96	587 057,16 €	646 558,81 €	€621 109,74	€615 558,31	€584 781,48	€619 449,53

7 – Indicadores de Gestão Orçamental

A criação de indicadores servirá essencialmente à função de supervisão de gestão, permitindo a verificação, o acompanhamento e a informação de todos os atos de decisão tomados ao longo da atividade financeira da autarquia e da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.

7.1 – Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Cobertura das despesas totais pelas receitas totais	Receita Total / Despesa Total	109,66%	106,53%	101,78%	99,50 %

Este indicador mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.

No ano 2018, as Receitas Totais não cobriram a Despesa Total em 0,5 p.p.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes	Receita Corrente / Despesa Corrente	131,67%	126,93%	125,75%	121,72 %

Este indicador mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas da mesma natureza.

Um valor de 121,72 % significa que houve um excedente de receitas correntes para fazer face às despesas correntes em cerca de 22 p.p. Isto quer dizer, que o Município teve um Superavit na relação Receitas Correntes/Despesas Correntes.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Cobertura das despesas capital pelas receitas capital	Receita de Capital / Despesa de Capital	57,04 %	39,71 %	47,45 %	43,57 %

Este indicador mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas da mesma natureza.

Um valor de 43,57 % significa que as receitas de capital, não foram suficientes para financiar as despesas de capital em cerca de 57 p.p.

O que significa que o investimento de capital, teve que ser suportado, em grande parte com recurso á receita corrente, onde se incluem as taxas e tarifas arrecadadas pelo município, impostos directos e indirectos e a venda de bens correntes.

Se por um lado, a alteração da afectação das verbas atribuídas aos municípios pelo Orçamento do Estado privilegiando mais receitas correntes em detrimento das receitas de capital, com natural reflexo na taxa de cobertura das despesas de capital pelas receitas de capital.

Outro ponto importante a referir é o facto do Município não ter recorrido à venda de património nem a empréstimos de médio e longo prazos para suportar a sua actividade.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Cobertura das despesas com recurso a empréstimos	Passivos Financeiros (Receita) / Despesa Total	5,60 %	0,00 %	0,00 %	0.00 %

Este indicador mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas totais (correntes e de capital) da autarquia com recurso a empréstimos de médio e longo prazo. Em relação a 2018, a autarquia não recorreu a empréstimos de nenhuma natureza.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Cobertura da despesa total por receitas controladas pela autarquia	Receitas Próprias / Despesa Total	20,21 %	24,86 %	21,72 %	23,25 %

Este indicador, mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias do município.

As receitas próprias geradas pela autarquia financiam cerca de 23,25 % a totalidade da despesa. O que significa que o Município não está a conseguir gerar receitas próprias suficientes para cobrir a despesa total, apenas financia cerca de 1/5 da sua actividade com recurso a receitas próprias. A diminuição das receitas próprias, em especial na rubrica de serviços (Serviços Sociais, Culturais, Desportivos) e outros, foram os principais responsáveis pela quebra deste índice.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso de fundos correntes e de capital na despesa total	Fundos Municipais / Despesa Total	54,38 %	68,25 %	64,15 %	64,42 %

Este indicador, mede o grau de cobertura das despesas totais pelos fundos municipais (receitas provenientes do Orçamento do Estado – FEF, FSM e Participação Fixa no IRS).

A dependência do Município em relação aos Fundos Municipais manteve-se em 2018 praticamente nos mesmos valores de 2017. Deste modo, mais de 64 % das despesas correntes e de capital do Município, estão dependentes dos fundos municipais.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso das Transferências da Administração Central na despesa total	Transf. da Ad. Central / Despesa Total	70,27 %	72,62 %	74,88 %	73,33 %

O peso das transferências da administração central, na despesa total, superou os 73 %. O que significa, que o município está dependente das transferências do estado para fazer face à sua despesa total. Em relação ao ano 2018, este nível de dependência, diminuiu 1,5 p.p.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso da Receita Local na Despesa Total	Receita Cobrada Localmente / Despesa Total	10,92 %	13,53 %	12,77 %	13,05 %

Podemos constatar neste indicador, que 13 % da receita cobrada localmente financia a despesa total. Relativamente ao ano transato houve uma variação positiva residual. Podemos constatar que ao longo dos anos, a receita local, não tem sido suficiente, para cobrir a Despesa Global.

7.2 – Estrutura da Receita

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Comparação entre receitas próprias e totais	Receitas Próprias / Receita Total	18,43 %	23,34 %	21,34 %	23,37 %

Mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadadas. Relativamente ao ano transato, houve um aumento de cerca de 2 p.p. Podemos constatar, que o peso das receitas próprias, não consegue crescer para níveis mais sustentáveis, e apenas consegue gerar 1/5 no total das receitas.

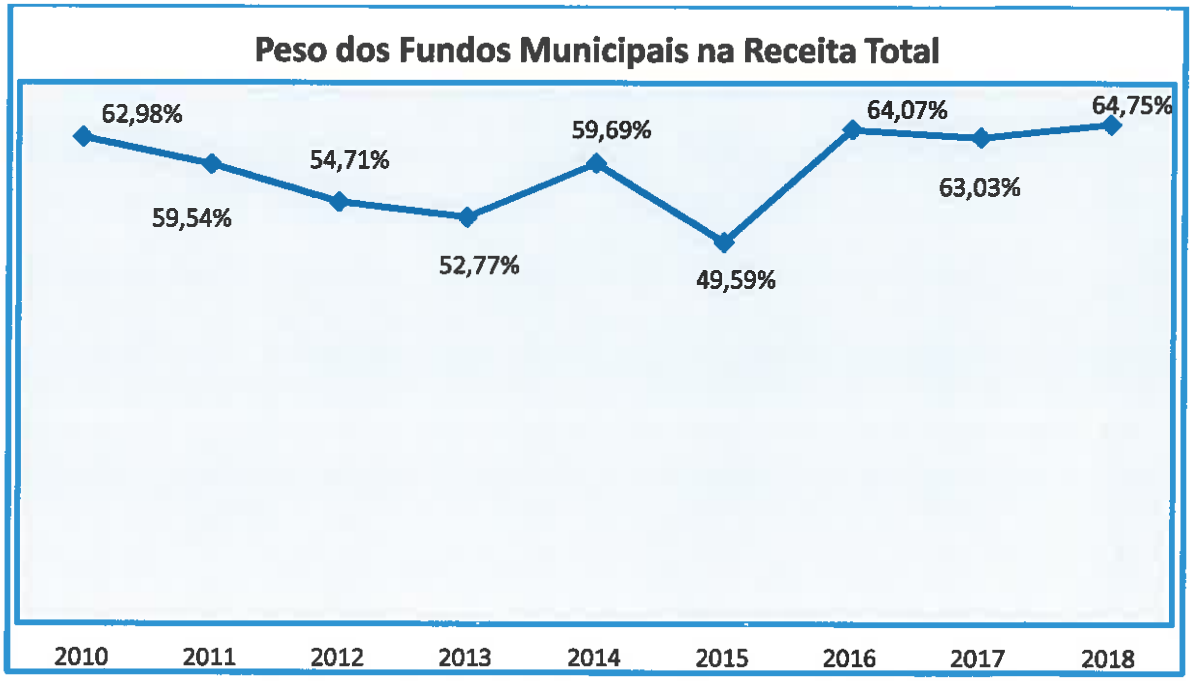
Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso da receita cobrada localmente na receita total	Receita Cobrada Localmente / Receita Total	9,96 %	12,70 %	12,55 %	13,12 %

Mede o peso das receitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais. No ano 2018, cerca de 13,12 % da receita total advém da receita cobrada localmente. São consideradas receitas locais: feiras e mercados, loteamentos e obras, saneamento, água, ocupação da via pública, taxas do lixo, etc.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso dos impostos nas receitas totais	Impostos Directos / Receita Total	8,47 %	10,63 %	8,79 %	10,25 %

Este indicador revela-nos o peso dos impostos diretos como o IMI (Imposto Municipal de Impostos), IUC (Imposto Único de Circulação), na estrutura da receita da autarquia. Em relação a 2018, este indicador teve um aumento, em cerca de 1,5 p.p.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso de fundos correntes e de capital na receita total	Fundos Municipais / Receita Total	49,59 %	64,07 %	63,03 %	64,75 %



O peso das transferências dos fundos municipais na receita total da autarquia é de 64,75%, tendo havido um aumento 1,7 p.p. neste indicador.

A dependência do município, em relação aos fundos municipais, oscilou nos últimos 10 anos, entre os 50 %. e os 70 %. A média dos últimos 9 anos foi de 59,01 %. Podemos constatar, que o Município continua a depender fortemente, na razão directa dos impostos arrecadados pelo Estado, mas com uma tendência de altos e baixos ao longo dos últimos anos.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso dos empréstimos de terceiros na receita total	Passivos Financeiros / Receita Total	5,11 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia. O Município não recorreu a empréstimos nos últimos 3 anos.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso das transferências comunitárias na receita total	Transferências Correntes e de Capital obtidas no âmbito da UE / Receita Total	14,49 %	6.08 %	9,47 %	8,95 %

A dependência das transferências provenientes dos fundos comunitários na totalidade do orçamento da receita da autarquia foi de 8,95 %. O que significa, o quanto é importante, os fundos comunitários para o desenvolvimento das autarquias locais, em especial os municípios do interior. Relativamente ao ano de 2018 houve uma diminuição marginal deste rácio. Este indicador mede a importância do peso das transferências comunitárias, na receita total da autarquia. É extremamente importante para sabermos a dependência do município em relação aos fundos comunitários.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso das receitas da venda de bens, serviços e de investimento na receita total	Venda de Bens e Serviços Correntes e de Investimento / Receita Total	6.04 %	8,89 %	8,50 %	5,76 %

Mede o peso da receita proveniente da venda de bens, serviços e de capital na receita total.

No ano 2018, o Município não realizou vendas de bens de capital.

7.3 - Estrutura da Despesa

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso da despesa de capital na despesa total	Despesa de Capital / Despesa Total	41,80%	24,67 %	31,30 %	28,53 %

Este indicador mede o peso da despesa de capital na totalidade da despesa, ou seja da totalidade da despesa efetuada e paga pela autarquia, 28,53 % destinou-se à despesa de capital.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso da Locação Financeira na despesa total	Investimentos em Locação Financeira / Despesa Total	0,63 %	0.23 %	0,00 %	0,00 %

O peso da locação financeira na despesa total tem sido insignificante no decurso dos anos. Em 2018, o Município não recorreu a operações de locação financeira para se financiar.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso das Transferências Comunitárias na despesa total	Transferências de Capital (Despesa) / Despesa Total	1,06 %	1,75 %	1,50 %	2,14 %

Este indicador mede o peso do investimento indirectamente realizado pela autarquia, através de transferências de capital para outras entidades, na despesa total.

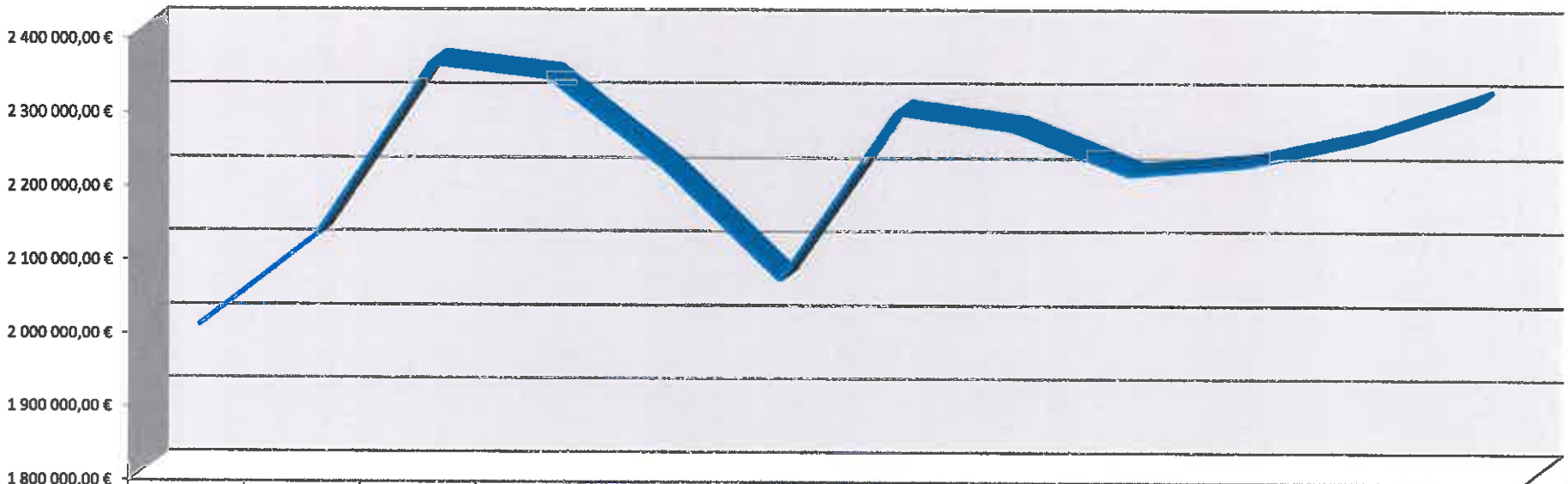
Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso do Pessoal na despesa total	Pessoal / Despesa Total	30,89 %	38,53 %	35 %	35,91 %

Este indicador mede o peso da despesa com o pessoal na despesa total.

Este valor comporta toda a despesa afecta a pessoal. Ou seja, não só as remunerações com o pessoal mas também as despesas com as remunerações dos órgãos autárquicos, os suplementos de remunerações, as prestações sociais directas os encargos sobre as remunerações e outros custos com o pessoal. Um terço, da despesa total tem a ver com a rubrica de pessoal.

7.3.1 - Evolução das Despesas c/ Pessoal em Termos Totais

Evolução das Despesas c/ Pessoal em Termos Totais



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valores	1 999 947,17	2 121 072,31	2 355 157,17	2 336 404,24	2 214 210,71	2 061 885,33	€2 288 752,8	€2 266 610,7	€2 204 670,1	€2 217 553,0	€2 251 533,0	2 303 066,18

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso do pessoal na despesa total	Pessoal: Remunerações certas e Permanentes / Despesa Total	23,94%	29,64%	26,59 %	27,26 %

Este indicador mede o peso da despesa com as remunerações certas e permanentes na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso da despesa com investimento direto	Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total	41,80 %	41,80 %	31,30 %	28,53 %

Este indicador mede o peso da despesa com investimento directo na despesa total. O Investimento em Capital, ou seja, terrenos, habitações, sistemas de água e de saneamento, parques e jardins, (...) no decorrer do ano 2018, teve uma diminuição em relação ao ano anterior, em cerca de 3 p.p. na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso dos bens e serviços correntes	Aquisição de Bens e serviços Correntes / Despesa Total	22,22 %	29,93%	26,36 %	27,60 %

As aquisições de bens e serviços correntes correspondem a 27,60 % do total das despesas decorrentes da actividade da autarquia. Os Gastos com as Despesas de Educação, nomeadamente as actividades extracurriculares, transportes escolares, têm aqui um peso muito significativo na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso do Serviço da Dívida	Serviço da Dívida / Despesa Total	14,32 %	10,70 %	9,57 %	9,86 %

O peso do serviço da dívida, ou seja as amortizações e juros dos empréstimos de médio e longo prazo assumem um peso de 9,86 % na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso das Amortizações na Despesa Total	Amortizações de Empréstimos / Despesa Total	13,75 %	10,18 %	9,22 %	9,54 %

A amortização da dívida correspondeu a 9,54 % da despesa total. Em termos de valores, o Município amortizou 598.864,10 € no ano 2018. Também no corrente ano, finalizou o Empréstimo PT 0035901500037269091, que havia sido contraído em 2003, no valor de 364 024,00 €, para Despesas Diversas: "Beneficiação da Estrada Municipal de ligação Alhais/Póvoa"; Construção da Rede de Abastecimento de Água e Rede de Esgotos de Adomingueiros"; "Construção da rede de Abastecimento de Água e Rede de Esgotos de Carvalha".

7.4 - Relação dos Fundos Municipais Correntes com as principais componentes da Despesa Corrente

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso das Amortizações na Despesa Total	Pessoal / Fundos Municipais Correntes	62,72%	62,34%	60,14 %	61,53 %

Mede a relação do acréscimo dos fundos municipais correntes com o acréscimo da despesa como pessoal. Permite observar se a evolução dos fundos municipais correntes acompanha a evolução salarial.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2015	2016	2017	2018
Peso das Amortizações na Despesa Total	Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Fundos Municipais Correntes	45,12%	48,42%	42,29 %	47,29 %

Mede a relação do acréscimo dos fundos municipais correntes com o acréscimo da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços Correntes. Permite observar se a evolução dos fundos municipais correntes acompanha a evolução da despesa de bens e serviços correntes.

7.5 - Relação das receitas cobradas localmente com as principais componentes da despesa corrente

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017	2018
Peso da aquisição de bens e serviços correntes na receita cobrada localmente	Pessoal / Receita Cobrada Localmente	325,04%	282,90%	284,70%	274,13%	275,21%

O rácio supra, mede o grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas cobradas localmente pela autarquia local. Significa que 175,21 p.p das despesas com pessoal, não são cobertas pela receita cobrada localmente, havendo necessidade de recorrer a outras receitas para suportar os custos com pessoal.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017	2018
Peso da aquisição de bens e serviços correntes na receita cobrada localmente	Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Receita Cobrada Localmente	236,52 %	203,51 %	221,13 %	206,41 %	211,52 %

Mede o grau de cobertura das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes pelas receitas cobradas localmente pela autarquia local.

Como já tínhamos referido anteriormente existe uma grande dificuldade em gerar receitas locais de forma a cobrir a aquisição de bens e serviços correntes. No entanto, esta situação é comum em municípios da nossa dimensão.

Relativamente a 2018, cerca de 111,52 p.p da aquisição de bens e serviços, não podem ser suportados com recurso á receita cobrada localmente.

7.6 - Grau de financiamento do investimento

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017	2018
Relação do investimento com os fundos municipais de capital	Fundos Municipais de Capital / Investimento Total	29,08 %	19,49 %	54,33 %	35,47 %	37,14 %

Este indicador mostra-nos que 37,14 % do investimento pago é coberto directamente pelos fundos municipais de capital. Tal como na despesa corrente, também aqui os Fundos Municipais têm uma importância significativa no financiamento do investimento. O Investimento Total (PPI) em 2018, foi de 1.829.728,82 €, tendo havido uma diminuição em relação ao Investimento Total de 2017 que foi de 2.013.323 €,

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017	2018
Peso dos bens de investimento	Venda de Bens de Investimento / Aquisição de Bens de Capital	0,03 %	0,15 %	2,14 %	7,45 %	0,00 %

Este indicador mede o grau de cobertura das despesas com o investimento pelas receitas provenientes dos fundos municipais de capital. No ano 2018 não houve vendas de Bens de Investimento.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017	2018
Peso das transferências da administração central e local	Transf. da Ad. Central e Local / Aquisição de Bens de Capital	364,81%	266,88%	611,91%	377,19 %	449,70 %

Este indicador mede o peso das receitas provenientes da administração central e local no financiamento do investimento autárquico. No ano 2018, o peso das transferências da administração central e local aumentou em relação a 2017 em 70 p.p.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017	2018
Peso das transferências correntes e de capital	Transf. Correntes e de Capital Obtidas no âmbito da EU / Investimento Total	54,65 %	60,36 %	54,58 %	48,53 %	54,62 %

Este indicador mede o peso das receitas provenientes das transferências comunitárias no financiamento do investimento autárquico.

7.7 - Grau de cobertura da despesa

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017	2018
Peso das receitas correntes nas despesas de funcionamento	Receita Corrente / Despesa de Funcionamento (Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Outras Despesas Correntes)	138,49%	142,13%	139,16%	137,32%	135,28 %

Em 2018, a receita corrente foi mais que suficiente, para financiar as despesas de funcionamento, em cerca de 35,28 p.p. Este indicador, tem vindo a sustentar esta média entre os 30 p.p. e os 40 p.p.

7.8 - Outros Rácios

Tendo em conta os novos Censos 2011, a população diminuiu em relação aos Censos 2001, passou de uma população de 6.141 habitantes para uma população de 5.174 habitantes. Esta diminuição de 967 habitantes em 10 anos, teve impacto nos indicadores, visto a repartição, quer dos Fundos, Receita ou Despesa tem em conta, um menor número de habitantes.

Rácio	2014	2015	2016	2017	2018
Peso da Receita Total Per Capita	1.207,74 €	1.512,67 €	1.185,02 €	1.265,34 €	1.233,22 €

Permite analisar o volume de receitas arrecadadas por habitante.

Rácio	2014	2015	2016	2017	2018
Peso da Despesa Total Per Capita	1.192,64€	1.379,45 €	1.112,39€	1.243,19 €	1.239,46 €

Permite analisar o volume de despesas efetuadas por habitante.

Rácio	2014	2015	2016	2017	2018
Receitas Próprias Per Capita	134,78 €	150,62 €	150,54 €	158,74 €	161,74 €

Permite analisar o volume de receitas próprias reunidas pela autarquia por habitante.

Rácio	2014	2015	2016	2017	2018
Fundos Municipais Per Capita	720,91 €	750,13 €	759,26 €	811,07 €	798,52 €

Permite analisar o volume de receitas decorrentes da participação nos impostos do estado (PIE) que cabe à autarquia por habitante.

Rácio	2014	2015	2016	2017	2018
Investimentos Per Capita	232,44 €	363,23 €	132,03 €	246,78 €	202,12 €

Permite analisar o impacto das despesas de investimento pagas por habitante.

Rácio	2014	2015	2016	2017	2018
Despesas com Pessoal Per Capita	438,08 €	426,11 €	428,60 €	435.16 €	445,12 €

Permite analisar o impacto de despesas com pessoal por habitante.

Rácio	2014	2015	2016	2017	2018
Serviço da Dívida Per Capita	124,40 €	197,59 €	118,97 €	119,02 €	122,18 €

Permite analisar o impacto do serviço da divida pago pela autarquia por habitante.

Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Despesa média com o Pessoal	17.302,37 €	18.526,64 €	18.634,90 €	18.920,45 €	19.353,50 €

Este indicador reflecte o valor médio da despesa por funcionário da autarquia.

7.9 – Grau de cobertura do saldo final de gerência e peso do serviço total de dívida

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017	2018
Peso do Serviço da Dívida	Serviço da dívida/ Receita total	10,30%	13,06 %	10,04 %	9,41 %	9,91 %

O Serviço da Dívida em 31/12/18, isto é, o somatório das amortizações e juros de todos os empréstimos de médio e longos prazos, foi de 619.449,53 €. Em relação ao ano anterior, houve um aumento em cerca de 34.668,05 €, neste peso da divida.

8 - Indicadores de Gestão Patrimonial

Acresce ainda o facto de o POCAL impor um conjunto de regras de contabilização, algumas das quais desvirtuam, por completo, a realidade económica e financeira dos Municípios, dificultando os trabalhos de registo e de encerramento.

A análise dos indicadores de gestão patrimonial perseguem o objectivo de tentar compreender as linhas gerais de orientação utilizadas na condução dos destinos da autarquia, designadamente as decisões de investimento/financiamento, liquidez, endividamento bem como medir a capacidade da autarquia em solver os seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

Assim, utilizou-se um conjunto de rácios cuja interpretação nos ajudará a compreender os fenómenos descritos no parágrafo anterior.

8.1 – Rácios de Liquidez

RÁCIOS DE LIQUIDEZ

8.1.1 - Liquidez Geral

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
1	Activo Circulante / Passivo Circulante	114,76 %	90,38 %	98,06 %	99.85 %	124,91 %

Este indicador mede a capacidade da autarquia solver os seus compromissos de curto prazo com recurso aos bens circulantes (Existências, Dívidas de Terceiros e Disponibilidades).

O valor de **124,91 %** significa que o Município não tem dificuldades em solver os seus compromissos de curto prazo. Em relação ao ano anterior, melhorou este índice em 25 p.p.

8.1.2 - Liquidez Reduzida

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
2	Activo Circulante - Existências / Passivo Circulante	109,36 %	89,21 %	97,86 %	99,85 %	124,91 %

Este indicador interpreta-se da mesma forma do anterior. Contudo, a rapidez da satisfação da dívida a curto prazo é agora analisada para um período menor.

8.1.3 - Liquidez Imediata

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
3	Activo Circulante – Existências - Créditos / Passivo Circulante	106,15 %	76,85 %	86,80 %	91,36 %	111,27 %

O valor mais significativo do ativo circulante, são as disponibilidades, com um valor de Balanço de 1.319.670,46 €.

8.2 – Rácios de Alavanca Financeira

RÁCIOS DE ALAVANCA FINANCEIRA (EMPRÉSTIMOS A CURTO, MÉDIO E LP)

8.2.1 - Grau de dependência dos empréstimos a curto, médio longo prazos

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
4	Empréstimos de curto, médio e longo prazo / Activo Líquido	18,68 %	16,17 %	13,99 %	11,73%	9,44 %

Este indicador mede o grau de dependência do activo líquido relativamente aos empréstimos contraídos pelo autarquia.

Significa isto que a autarquia tem vindo nos últimos anos a diminuir o seu grau de dependência de empréstimos bancários.

Se atentarmos ao valor relativamente baixo das dívidas a terceiros temos de concordar que o Município não utiliza os empréstimos para outra coisa senão para efectuar investimentos.

8.2.2 - Cobertura dos encargos financeiros

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
5	Resultados Operacionais / Encargos Financeiros	1.282,89%	214,74%	-125,82%	2.447,94 %	1.849,32 %

Através deste indicador, visualizamos a forma como a autarquia gera resultados para pagar os encargos financeiros produzidos pela dívida.

Este rácio indica-nos que os resultados operacionais dos dois últimos anos têm vindo a cobrir significativamente os encargos financeiros (juros).

8.2.3 - Cobertura do Serviço de Dívida

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
6	Resultados Operacionais / Serviço da Dívida	107,48 %	70,80 %	-5,66 %	78,12 %	86,08 %

Os resultados operacionais produzidos não foram no entanto suficientes para cobrir o serviço da dívida (amortizações e juros).

8.2.4 - Endividamento

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
7	Dívida de curto, médio e longo prazo / Fundos Próprios e Passivo	22,71 %	19,05 %	17,02 %	15,27 %	12,40 %

Este rácio apura a extensão com que o Município utiliza o capital alheio (nomeadamente empréstimos bancários e fornecedores) no financiamento das suas actividades, constatando-se uma progressiva diminuição da dependência de capital alheio.

8.2.5 - Estrutura do Endividamento

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
8	Dívidas a terceiros de curto prazo / Fundos Próprios e Passivo	4,03 %	4,14 %	5,22 %	5,56 %	5,02 %

Quanto maior o rácio, tanto maior o peso das dívidas de curto prazo.

8.3 – Rácios de Solvabilidade e Autonomia

RÁCIOS DE AUTONOMIA E SOLVABILIDADE

8.3.1 - Autonomia Financeira

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
9	Fundos Próprios / Activo Líquido	33,52 %	42,21 %	41,86 %	49,64 %	52,54 %

Este indicador traduz a percentagem de ativos que está a ser financiada por fundos próprios, sendo um indicador relevante quando se analisa a capacidade de endividamento do Município, ou seja, a capacidade de contrair empréstimos de médio e longo prazos, suportada pelo fundos próprios.

A capacidade esgota-se quando o rácio é igual à unidade, ou seja quando o passivo a médio e longo prazos iguala os capitais próprios.

O **rácio de autonomia financeira** é um rácio financeiro que mede assim a solvabilidade do Município através da determinação da proporção dos ativos que são

financiados com capital próprio. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da autarquia. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Em suma, a evolução deste indicador mostra-nos que dependência deste Município de financiamento externo tem vindo sustentadamente a diminuir, o que significa o Município tem neste momento um bom grau de autonomia financeira.

8.3.2 - Estrutura do Endividamento

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
10	Dívidas a terceiros de ML Prazo / Capitais Permanentes	19,70 %	26,31 %	23,63 %	20,15 %	16,82 %

Este indicador mede o peso das dívidas de Médio e Longo Prazos nos capitais permanentes (fundos próprios acrescidos do passivo de médio e longo prazo).

8.3.3 - Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
11	Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido	99,43 %	58,89 %	52,63 %	51,00 %	46,79 %

Este rácio mede a Imobilização dos Capitais Permanentes, ou seja, mede a cobertura das aplicações em capital fixo por capitais permanentes.

Este rácio deverá, em princípio, ser superior à unidade, o que refere a existência de fundo de maneio positivo. Poderá assumir valores inferiores à unidade, denunciando a existência de fundo de maneio negativo o que leva a reflectir sobre o equilíbrio financeiro da empresa.

A diferença entre os valores apresentados no numerador e no denominador representa o fundo de maneio.

8.4 – Rácios de Cobertura dos Custos Fixos

GRAU DE COBERTURA DOS CUSTOS FIXOS						
Rácio	**Fórmula de Cálculo**	**Ano 2014**	**Ano 2015**	**Ano 2016**	**Ano 2017**	**Ano 2018**
12	Custos Fixos / Activo Líquido Total	18,68 %	16,17 %	13,99 %	11,73 %	9,44 %

9 - Resultados

9.1 - Resultado da Gerência

Município de Vila Nova de Paiva					
Ano:	**2018**				
Contas de Ordem					
Saldo da Gerência Anterior		865 300,76 €	Garantias e Cauções Acionadas		- €
Garantias e Cauções	860 904,10 €		Garantias e Cauções Devolvidas		38 194,21 €
Recibos para Cobrança	4 396,60 €		Receita Virtual Cobrada		5 855,16 €
Garantias e Cauções Prestadas		34 173,14 €	Receita Virtual Anulada		68,26 €
Receita Virtual Liquidada		4 133,91 €	Saldo para a Gerência Seguinte		859 490,18 €
			Garantias e Cauções	856 883,03 €	
			Recibos para Cobrança	2 607,15 €	
TOTAL DOS RECEBIMENTOS		**903 607,81 €**	**TOTAL DOS PAGAMENTOS**		**903 607,81 €**

9.2 - Resultado da Gerência - Resumo

	Conta de Documentos (Contas de Ordem)		Conta de Dinheiro (Fluxos de Caixa)	
Débito:			**Débito:**	
Saldo de abertura	865 300,76 €		1 322 312,35 €	
Entradas	38 307,05 €	903 607,81 €	6 838 102,95 €	8 160 415,30 €
Crédito:			**Crédito:**	
Saídas	44 117,63 €		6 840 744,84 €	
Saldo de Encerramento	859 490,18 €	903 607,81 €	1 319 670,46 €	8 160 415,30 €

9.3 - Resumo dos Fluxos de Caixa

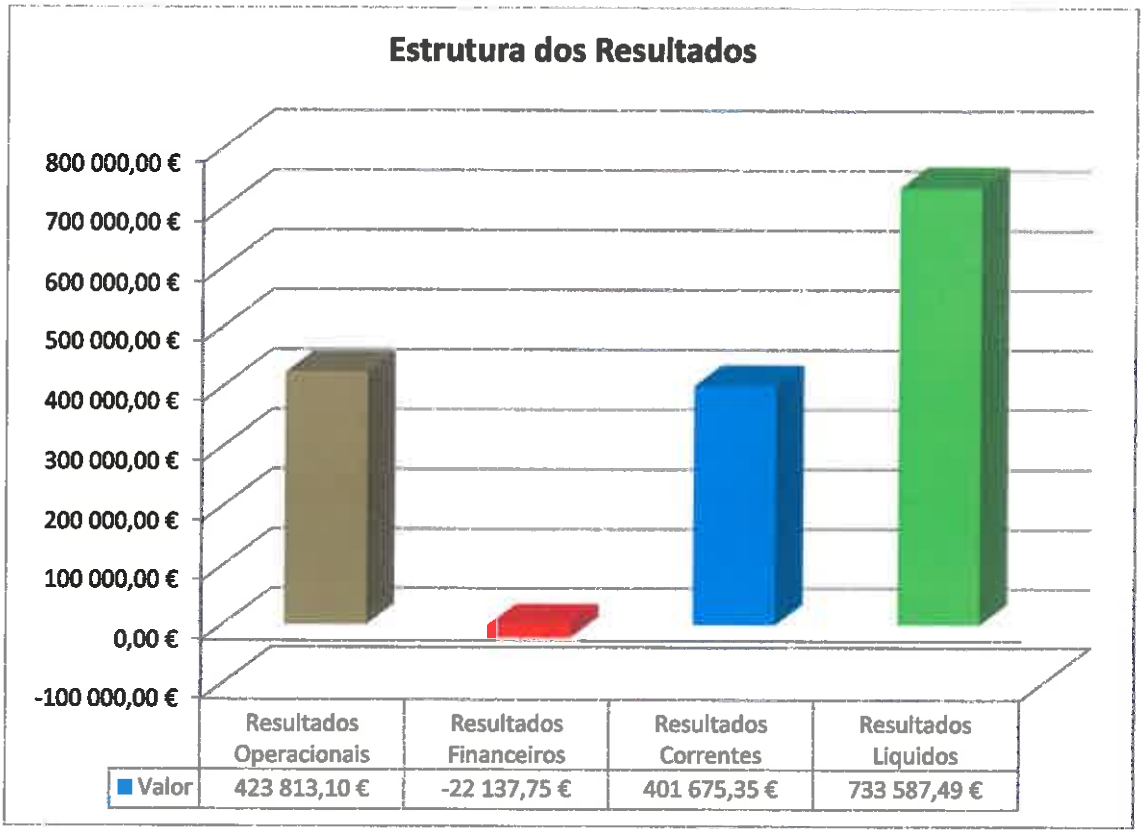
Fluxos de Caixa		
Recebimentos:		
Saldo da Gerência Anterior		**1 322 312,35 €**
Total das Receitas Orçamentais		**6 412 232, 14 €**
Receitas Correntes		5 610 046,69 €
Receitas de Capital		797 205,20 €
Outras Receitas		4 980, 25 €
Operações de Tesouraria		**425 870,81 €**
	Total Geral	**8 160 415,30 €**
Pagamentos:		
Total das Despesas Orçamentais		6 412 954,61 €
Despesas Correntes (Assembleia Municipal)		9 587, 62€
Despesas Correntes		4 573 635,17 €
	Sub-Total Despesas Correntes	**4 583 222, 79 €**
Despesas Capital		1 829 728, 82 €
Operações de Tesouraria		427 793,23 €
Saldo Para a Gerência Seguinte:		1 319 70,46 €
Exercício Orçamental	991 273,73 €	
O. Tesouraria	328 396,73 €	
	Total Geral	**8 160 415,30 €**

9.4 - Proposta para a aplicação dos resultados líquidos

Conforme Mapas de Balanço, da Demonstração de Resultados, dos mapas de Controlo Orçamental da Receita e Despesa e a título meramente informativo, apresenta-se de seguida a estrutura de resultados do Município, bem como a execução orçamental das Receitas e Despesas:

Norma Controlo Interno	Resultados	Valor	Grau de Execução %		
Aprovada pelo órgão executivo em 24/04/2002	Resultados Operacionais	423 813,10 €	Receita	Previsões Corrigidas	12 584 644,00 €
	Resultados Financeiros	-22 137,75 €		Receita Cob. Liquida	6 375 684,00 €
	Resultados Correntes	401 675,35 €		Total	50,66%
	Resultados Extraordinários	492 357,72 €	Despesa	Dotações Corrigidas	12 619 642,00 €
				Despesas Pagas	6 412 951,61 €
	Resultado Líquido do Exercício	733 587,49 €		Total	50,82%

A estrutura dos resultados é apresentada através do seguinte gráfico:



Do exercício de 2018, resultou um resultado líquido positivo no valor de 733.587,49 € (setecentos e trita e três mil, quinhentos e oitenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos), que pode ser repartido em reforço do património e em constituição ou reforço de reservas como prevê o ponto 2.7.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3.4 "é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 5.1-"Património" corresponda a 20% do activo líquido".

Os valores do activo líquido referente ao ano de 2018 ascendem a 25.981.548,31 €, pelo que 20 % correspondem a 5.196.309,66 €.

Como o valor da conta 5.1-"Património" ascende a 5.871.253,79 € não há necessidade de haver reforços daquela natureza para o ano 2018.

FIM